



# PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO X — N.º 98 — SÃO PAULO, SETEMBRO DE 1965

REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, SALA 2

CAIXA POSTAL — 62 48

## ESTUDANTES BRASILEIROS REPUDIAM PAULO CUNHA



Afirma o "reitor"-polícia Paulo Cunha que a juventude portuguesa tem liberdade de opinião e participa activamente da vida política nacional. Manifestações como aquela que a nossa gravura reproduz um aspecto (Coimbra) constituem a melhor prova de que só pela luta e enfrentando a repressão brutal conseguem os estudantes fazer ouvir a sua voz.

Imediatamente após a sua chegada ao Brasil, como chefe da «embaixada extraordinária» do fascismo português aos festejos do IV Centenário do Rio de Janeiro, o sr. Paulo Cunha, fez declarações à imprensa, envolvendo nelas os estudantes portugueses, arvorando-se em seu porta-voz. A União Nacional dos Estudantes deu-lhe a réplica adequada distribuindo a respeito do assunto a nota oficial que abaixo transcrevemos e que foi publicada com grande relevo, no dia 29 de Agosto, pelos jornais do Rio de Janeiro e São Paulo:

«A União Nacional dos Estudantes, entidade máxima de representação dos Universitários Brasileiros, tomando conhecimento da presença em território brasileiro do prof. Paulo Cunha, Reitor da Universidade de Lisboa, através das declarações feitas à imprensa por aquele ex-ministro de Salazar, sente-se na obrigação de vir a público:

1 — LEMBRAR que o prof. Paulo Cunha é diretamente responsável pelas perseguições e violências desencadeadas contra os estudantes portugueses nos últimos meses, tendo aprovado e incentivado a prisão de dezenas de universitários do país irmão que lutavam pelos seus direitos associativos;

2 — SALIENTAR que o prof. Paulo Cunha, depois de proibir as festividades do DIA DO ESTUDANTE, participou pessoalmente de provocações dirigidas aos nossos colegas portugueses

na Cidade Universitária de Lisboa, tornando-se responsável por incidentes que levaram à invasão pela PIDE do recinto da mesma e às brutalidades policiais subsequentes;

3 — REFUTAR como ridículas — e desmentidas por toda a imprensa internacional as afirmações do prof. Paulo Cunha de que os jovens portugueses têm liberdade de opinião e participação na vida política nacional;

4 — NEGAR ao prof. Paulo Cunha qualquer autoridade moral, pelo seu passado, pelos seus atos de cunho policial e pela sua condição de representante de um regime fascista, para falar em nome da juventude portuguesa, a qual ainda recentemente, em Ato Público realizado na Universidade de Lisboa, lhe demonstrou o que dele pensa, distinguindo-o com a maior vaia já ali ouvida.

5 — CONCLAMAR os estudantes brasileiros a não comparecerem a qualquer solenidade de que participe o prof. Paulo Cunha;

6 — REPUDIAR a presença em território brasileiro de um homem que tem perseguido a juventude portuguesa;

7 — APOIAR a juventude estudantil portuguesa em sua luta, que, como a nossa, é a luta contra as arbitrariedades, a coacção e o suborno das autoridades que dizem responder pela Educação em Portugal e no Brasil, mas que não passam efetivamente de agentes da anti-cultura.

### Salazar Expulsa Secretário da A.I.J.D.

Ao regressar a Bruxelas, depois de ter estado em Lisboa para assistir ao julgamento dos estudantes portugueses, o jurista Joe Nordmann, Secretário Geral da Associação Internacional dos Juristas Democráticos, que foi expulso pelo governo fascista português, distribuiu aos jornais a seguinte declaração, largamente reproduzida pela imprensa mundial, mas ainda não publicada em jornais brasileiros:

«Trinta e um estudantes superiores e secundários de Lisboa compareceram atualmente perante o Tribunal Plenário, tribunal de excepção instituído para julgar crimes contra a Segurança do Estado. Alguns deles têm entre 16 e 17 anos. Uma estudante do liceu, Ana Masano de Amorim, bisneta do General Gomes da Costa, autor do golpe de Estado de 1926, tinha 15 anos na altura em que, segundo os termos da acusação, já estava há muito tempo em ligação com o partido comunista. «A maioria dos acusados tinha sido eleita para a direcção das Associações Académicas de Faculdades e Institutos da Universidade de Lisboa. As perseguições policiais, com efeito, destinam-se a abafar a acção realizada pelos estudantes portugueses, no sentido de defenderem a autonomia tradicional das suas associações, o direito de elegerem as suas próprias direcções e assembleias gerais, de celebrarem o Dia do Estudante, de reivindicarem a reforma de métodos pedagógicos atrasados, de melhorarem e democratizarem o ensino. Numerosas prisões foram efetuadas depois das jornadas de protesto de janeiro de 1965, que marcaram, segundo «Le Monde» de 30 de janeiro, o total rompimento entre o governo e a Universidade. Como resposta a estas prisões, verificaram-se greves que envolveram 80 a 100% dos estudantes. A Associação dos Estudantes de Direito publicou um comunicado acusando as autoridades de «agitarem o espantinho da subversão para intimidar os estudantes».

Durante os debates públicos no Tribunal Plenário, a acusação foi posta em xeque. A instrução do processo, confiada pela lei portuguesa à Polícia Política, a PIDE, baseava-se nas denúncias de um dos presos, Nuno Alvares Pereira, que teria declarado ter organizado o movimento comunista na Universidade. A defesa observou com espanto a ausência desta testemunha na audiência. Como o Ministério Público se comprometeu a mandá-la buscar, a defesa apresentou documentos provando que essa testemunha recebera, em abril, um passaporte para sair de Portugal e que residia no Brasil.

O Ministério Público mandou citar apenas duas testemunhas, agentes da PIDE. A primeira, Silvestre Delgado Luís, que depois nos dias 20 e 21 de julho, teve que confessar que não tinha qualquer conhecimento pessoal dos fatos e não reconheceu a maioria dos estudantes, que entretanto afirmava ter interrogado sem lhes infligir violências. Os 22 advogados de defesa acusaram-no, então, de falso testemunho. Este agente da Polícia afirmou que uma estudante de Direito, Antonieta Rodrigues, de 18 anos, contra a qual não existia qualquer documento de acusação, recusara assinar todas as atas dos

## Perante as Eleições

Salazar, em 18 de fevereiro deste ano, no acto de posse da nova Comissão Executiva da chamada União Nacional, e na qualidade de Presidente da Comissão Central, referindo-se às próximas eleições para deputados, a realizar em Outubro ou Novembro próximos, preocupou-se, logo no início do seu discurso, em sossegar o verdadeiro estado de pânico que grassa entre os seus apaniguados, declarando: «Estas considerações deviam bastar para serenar os ânimos inquietos, exageradamente preocupados com as eleições de deputados que este ano se hão-de... realizar». Ora a temerosa camarilha salazarista tem desta vez toda a razão. Quem a não tem é o caduco ditador fascista. O Povo Português prepara-se, na verdade, para assestar um rude golpe no fascismo salazarista. Fegotadas tôdas as ilusões — que durante demasiados anos vegetaram em certos setores da Oposição Portuguesa — num golpe militar, as forças democráticas são hoje unânimes em considerar que a única via para o derubamento do fascismo é o Levantamento Nacional, com base na Organização e na Unidade da grande maioria do Povo Português, contra a tirania fascista. Organização e Unidade dos operários, dos camponeses, dos estudantes, dos intelectuais, dos pequenos e médios agricultores, dos pequenos e médios comerciantes, dos pequenos e médios industriais, assim como dos sectores não fascistizados das forças armadas. Afastada a ilusão do golpe militar, ilusão que de lon-

ga data tem conduzido a fragorosas derrotas, com o inestimável prejuízo de levar à prisão, e até à morte, militares corajosos, que outro destino bem mereciam, o Povo Português Organiza-se e Une-se através e por intermédio dos seus agrupamentos políticos. Organiza-se e Une-se da base às cúpulas. Fortalecido pelas experiências passadas — campanha para deputados em 1945, campanha para a Presidência da República em 1948, campanha para a Presidência da República em 1951, campanha para a Presidência da República em 1958, campanha para deputados em 1961 — o Povo Português prepara-se para a grande batalha que vai ser a campanha eleitoral para deputados em Outubro ou Novembro próximos. Organização e Unidade são as suas palavras de ordem para a preparação da próxima campanha. Evidente que as forças democráticas não alimentam a ingênua ilusão de que podem ganhar as eleições. Salazar «nomeará», como sempre tem feito, os deputados que já escolheu. Entretanto, o período eleitoral proporcionará grandes oportunidades para a mobilização do povo português contra o fascismo. E será através da Organização e da Unidade, tendo como objectivo supremo o Levantamento Nacional que o nosso Povo — mais brevemente do que muitos pensam — chegará à Vitória, e com ela à instauração em Portugal de um regime de Democracia e Liberdade!

PORTUGAL  
DEMOCRATICO

(Conclui na pag. 6)

# SALAZAR NA IMPRENSA MUNDIAL

Convite para uma viagem... LISBOA, julho de 1965.

Escrevo-lhe porque é tempo de pensar nas suas férias. Um dia ganhe Portugal como um velho país inteiramente novo. Correntemente, o turista que o visita fá-lo seu. Portugal é repousante para os estrangeiros. A natureza é bela, as pessoas tristes, mas acolhedoras, e as casas cuidadosamente caídas.

Se recebe um salário francês, será mais rico em Portugal do que em França; beneficiará honestamente do miserável nível de vida de que sofre em silêncio o povo português. Não tardará a sentir por ele uma espécie de simpatia mesclada de desprezo. E se a política o interessa, irá mais longe e achará uma solução comoda: responsabilizar o povo português pela situação de que ele é vítima.

Nas praias portuguesas poderá pôr um fato de banho francês, o que está interdito aos indígenas. O vinho é em todo o lado bom e barato. E se se sentar num banco, na avenida da Liberdade, fará brotar da terra um engraxador de ar cigano. O milagre é evidente, conforme afirmava recentemente um alto funcionário "corporativo", pensando na longevidade do regime de Salazar.

Tudo se explica, entretanto. O que Salazar fez nada tem de feitiçaria. A sua "doutrina" económica e a sua "filosofia" afiguram-se-me pelo contrário de uma surpreendente simplicidade. Onde há um problema ele corta o nó gordão. Pedem-lhe pão e ele responde: sacrifica-vos! E aqueles que querem ir ao Liceu ou à Universidade são convidados a pagar; e mesmo assim, apenas adquirem o direito, se se comportam bem, de se tornarem laços do regime. Se, por exemplo, segue o curso de Direito da Universidade de Coimbra, o Português tem a sua probabilidade de vir a ser ministro... E também a de ir pagar à cadeia e de nela permanecer. Mas para isso não é necessário estudar. Quando se é dotado, em Portugal, todos os caminhos conduzem aí.

Sim, é em Portugal que se encontra a paz e a doçura de viver. O instrumento da paz chama-se PIDE. Preste atenção: o nome ficará na história.

Vê-se o que aconteceu ao general Delgado. Boa lição para os teimosos. Todos os salazaristas e todos os timoratos garantir-lhe-ão que o homem era louco. Acompanhe-me.

Em Portugal, apenas 15% da população tem o direito de voto. Trata-se, com efeito, da "filosofia" salazarista. Para ter voz é preciso, para começar, que o Português integre o grupo restrito dos que, movidos pelos mesmos interesses, votam sempre da mesma maneira. Chega-se a esse belo resultado através de filtragens sucessivas. E não é tudo. A contagem dos boletins é garantida exclusivamente por agentes do go-

verno. Os opositoristas protestam. Os salazaristas respondem que isso desrespeita as regras do jogo e que é preciso castigar os insolentes. De qualquer modo, esse diálogo atentatório da paz e das boas maneiras só pode verificar-se no mês que precede as eleições, durante o período dito de "propaganda eleitoral". São as férias da ditadura.

Durante essas férias, que fazem os portugueses? Portam-se como loucos. "Declaram-se". Terminadas as férias, o governo retoma o "trabalho sério" e prende os loucos que, antes, estavam escondidos. Daí a utilidade das eleições.

Pois bem, sendo as coisas o que são, o general Delgado apresentou-se às eleições e os loucos, em numero surpreendente, votaram nele. Um estreitamento percorreu o País. Terminadas as férias, como conhecia a regra do jogo, o general assinou-se na Embaixada do Brasil. E o governo foi obrigado, para não infringir as boas maneiras, a que se atem acima de tudo, a deixá-lo tomar o avião do exílio. Mas a lição serviu para alguma coisa: em Portugal o presidente da República deixou de ser eleito por "sufrágio universal". Salazar afirmou que devia essa reforma aqueles que nele haviam depositado a sua confiança. É um homem muito honesto. Paga sempre as suas dívidas.

Delgado pagou também a dele. Obcecado pelo sonho de acabar depressa com o fascismo (não pronuncie essa palavra em Portugal) embarcou na mais aventureira das expedições. Os anjos da paz apareceram. Submeteram o impossível general à tortura. E ele morreu sem abrir a boca. Vozes de morte saíram, perto do Guadiana. Duvida? Exija então, por todos os meios, que se faça luz em torno do assunto.

O Português que não se porta bem é reduzido ao silêncio. Admitamos que tenha fome, que não tenha trabalho ou que o trabalho não o conduza a nada. A fome — note — é um pretexto falaz, porque "o homem não vive só de pão" — velho provérbio que o Português não tem interesse em proclamar alto e bom som. Se faz greve, incorre numa pena de dois a oito anos de prisão. Não, é preciso que seja realista.

O interesse do pobre que quer comer e deixar o rico enriquecer-se ainda mais. Prepara a mesa do rico, tem direito às migalhas. Quanto mais a mesa é opulenta, mais abundantes são as migalhas. Os planos de estabilização e a moeda forte compõem as coisas para toda a gente. Salazar defende os "verdadeiros interesses" da classe operária. Bem entendido, define em primeiro lugar a verdade e a verdade vê-se do alto...

Não falemos dos intelectuais, dos escritores. Sabe o que acontece aqui aos professores, que, apesar dos seus compromissos, não ensinam as suas ovelhas como convém? São postos na rua. Em 1935, trinta e três professores foram expulsos da Universidade. Em 1946, dois. Em 1947, vinte e seis. Em 1962, dois. E não falo já daqueles que são impedidos de se apresentarem a concurso quando as suas teses foram já imprimidas. Esses intelectuais portugueses são da pior espécie: comunistas, invertidos, traidores...

Não é verdade que Portugal é o paraíso, sr. Jean Nocher? Um velho país inteiramente novo, que tal! A Sociedade Portuguesa de Escritores recebia franceses pouco recomendáveis: Robbe Grillet, Butor, Pierre Emmanuel, Bernard Pingaud... Chegavam e começavam a falar, o que era totalmente contrário aos interesses do regime, e portanto da Nação, do povo português. Só os muito fieis devem ser autorizados a dialogar com os estrangeiros.

(...) Eis a lei em Portugal: aberto ao capital estrangeiro, fechado às ideias estrangeiras. Isso mantém a moral nacional. Os literatos sem gabarito devem falar apenas entre si mesmos. E como o meio é pequeno e muito vigiado, dão voltas sobre voltas e acabam por perder a cabeça.

Sempre se encasqueta cada uma na cabeça desses escritores portugueses! Fazer eleições na sua Sociedade. Havia entre eles dois ou

três salazaristas, mas nunca eram eleitos. Já se viu uma coisa assim? Com todo o povo por Salazar, os escritores, quase todos contra. Porventura Aquilino Ribeiro escreveu alguma ode pindárica a Salazar? Nunca. Acaso Luandino Vieira compôs uma ecloga para o heroico admirante Tomaz que se diz presidente da República. Não. Então?

Se esses escritores fossem professores da Universidade seriam afastados, corta-lhes-iam os viveres. Mas nem sequer eram funcionários. E com tanta má fé! Bem se podia estar filiado no partido unico da União Nacional que nem por isso se obtinha nunca um prêmio concedido pela Sociedade. Em contra-partida, Luandino obteve um. Sabe quem é Luandino? É um terrorista. Quer a prova? Está num campo de concentração. Um prêmio literário a um prisioneiro político? Só poderia ser uma provocação pura e simples. Então, os patriotas, indignados, saquearam a Sociedade de Escritores. A Polícia, note, teria desejado impedi-los, mas foi colhida de surpresa: não se impede a explosão de uma santa cólera. Depois desse feito dos patriotas, o ministro da Educação, que também é um deles, decretou a dissolução da Sociedade.

Aqui tomam-se todas as precauções para salvaguardar a harmonia e a doçura de viver. Os escritores são presos, as editoriais devassadas, os suplementos literários dos jornais cada vez mais mutilados. Não tardará que se chegue ao sistema ideal: a censura prévia para toda a espécie de publicações: os livros escapavam até agora. Cada autor se censurava a si próprio, com receio de ser apreendido. Os escritores portugueses, oh! não mereciam tanta confiança.

Aqui, os partidários da ordem moral não recuam ante os meios. Fala-se-lhes de autodeterminação em Angola. Respondem a tiros de metralhadora ou com bombas de napalm. Não se cansam de civilizar e de evangelizar.

Antes de vir, dê uma volta pelo barro de lata de Champigny e verá: os portugueses não pensam que a caridade deve começar por nós mesmos. Tanto civilizaram os outros que se esqueceram dos seus. Abril em Portugal, como diz a canção. Não falhe o verão em Portugal. Passará umas super-férias. (P. Cabrol, in "Nouvel Observateur", 28 de Julho de 65)

## ANGOLA

(...) A colónia de Angola, a que o Governo de Lisboa chama enfaticamente de "Provincia Ultramarina", é quase o tamanho da Europa Ocidental e 12 vezes maior que Portugal. Nela vivem... 4.500.000 habitantes, dos quais apenas 200 mil são brancos, incluindo as forças do Exército, da Marinha, da Força Aérea funcionários civis, agentes da Polícia e portugueses emigrados da metrópole para a riqueza fácil na (provincia). Angola é o nome de um antigo reino africano descoberto pelos portugueses no século 15 e que até metade do século 19 não tinha ainda controlado, sepá uma fina faixa de terra litorânea, cuja efetiva pacificação e ocupação começou mesmo a menos de 100 anos. A presença portuguesa sempre despertou sérias resistências, que se alastraram até hoje. Os acontecimentos dos últimos anos são, porém, os mais amplos, maiores que a famosa revolta de "Ovim-bundu", de 1902 e também que o levante de "Bakongo", de 1913. Contra a resistência dos plantadores portugueses, em 1850, fizeram-se tentativas de acabar com a escravatura (o trabalho forçado existe ainda hoje) nas fazendas do interior. Da escravatura permanente passou-se para a "servidão periódica". Esse disfarce de escravatura é que perdura nos tempos atuais sob o nome de "mão de obra contratada", e que, segundo informação constante de pesquisas oficiais, "emprega" em campos de trabalho do Governo ou particulares, 379.000 angolanos.

(...) As primeiras manifestações de reação política, ainda fracas e clandestinas, surgiram no começo de 1950, em parte como consequência e repercussão de agitações políticas ocorridas em países vizinhos. A Polícia sempre respondeu com o fuzilamento aos movimentos oposicionistas. Em 1960, as autoridades de Luanda julgaram e mataram 45 nativos e 7 portugueses ocupados em atividades "perigosas para o Estado". Em junho do mesmo ano, entre 52 afro-

canos presos, estava o padre Joaquim Pinto de Andrade, chanceler do Arcebispo católico de Luanda e o Dr. Agostinho Neto, poeta, médico querido entre o povo e um dos cabeças do movimento de resistência. A prisão desse médico, de fundas ligações populares, teve repercussão maior que a Polícia supunha. Surgiram rumores sobre uma marcha de protestos contra o Palácio do Governador Português em Luanda. Na Europa publicaram-se notícias filtradas diretamente de Luanda dando conta de um massacre executado por soldados portugueses em aldeias indígenas. Mês depois, um relatório publicado, em Londres contava que nativos da aldeia de Agostinho Neto (a este de Luanda) foram a Palácio pedir sua libertação, sendo repelidos a bala e morrendo 30 deles. No dia seguinte, os soldados marcharam sobre "Benga" e "Icolo", aldeias de onde procediam os manifestantes e, aí, mataram e prenderam centenas de nativos.

(...) Os portugueses residentes em Luanda, partiram para a ação isolada, por plena autorização do Governu. Num período de 7 semanas foram mortos a tiros... 30.000 nativos, conforme foi dito pela imprensa londrina, dando como fonte depoimentos colhidos em Luanda. Logo em seguida, referindo a aproximação da estação da seca (época da colheita) o "Observer" disse que 50 mil negros haviam sido mortos e outros 100 mil colaboracionistas estavam sendo caçados. O "Mirror" publicou um relato dramático de seu repórter em Luanda, que viu um africano ser jogado de um edifício de seis andares, enquanto, no quarteirão em frente, outros brancos escurtejavam um negro. "Time" disse que num subúrbio de Luanda mais 33 negros foram mortos durante uma batida ("operação limpeza") da Polícia que procurava um depósito de armas. Essa informação foi confirmada pelo próprio Departamento de Informações e Turismo do Governo, português através de notas nos jornais locais. Em Lobito (400 quilômetros de Luanda) foram feitas 1.500 prisões e os detidos jogados numa prisão com capacidade para 100 pessoas. Para ser preso bastava que o nativo possuísse um rádio, uma gramática, um livro, um símbolo de feitiçaria indetectável para o branco. Esse tipo de prisão estendeu-se por toda Angola, atingindo muitos padres, que foram mandados para Lisboa. O esforço para o nativo com alguma cultura centralizou-se principalmente sobre o cetro nativo. Uma carta do Rev. C. J. Parsons, da Sociedade Missionária Batista, de 18 de julho (1961) ao "Guardian", diz que pelo menos 17 padres foram mortos, enquanto outros 30 estavam presos e mais 90 desaparecidos. (Cajazans Fernandes, in "Jornal do Comercio", Recife, 1 e 8 de Agosto de 65)

## AS BAIXAS NA GUERRA

"Nos primeiros meses do corrente ano, morreram em Angola, em combate e de várias causas, 221 soldados. Isto mostra que se as baixas continuarem no mesmo ritmo, será ultrapassado o total de baixas sofridas em todo o ano de 1964. Portugal possui atualmente noventa mil soldados e oficiais em África. No mês de Julho, o principal da estação das chuvas, aumentaram os actos de terrorismo e sabotagem em Angola, Moçambique e Guiné. Em Moçambique foram mortos no mês passado, 21 soldados portugueses. Os movimentos nacionalistas em Angola causaram também no mês passado 17 mortes às forças portuguesas. Em muitos casos, os comunicados oficiais dizem apenas que o soldado número tantos, foi morto num acidente. As actividades militares na África portuguesa estão custando a Portugal 150 milhões de dólares anualmente, ou seja mais de 40% do orçamento nacional. Todavia, seja qual for o custo, o actual governo português está determinado a continuar em África, por considerar os seus territórios africanos como um prolongamento da nação portuguesa. Embora as perdas portuguesas não sejam grandes em comparação com o Vietnam, por exemplo, Portugal é obrigado a manter em pé de guerra permanente a maioria das suas forças armadas, e a dispendir com a defesa; os capitais necessários ao fomento e à instrução". (in "New York Times", Estados Unidos)

## Pequenas Noticias

● Segundo as cifras oficiais de Paris entraram em França, em 1963 99.082 emigrantes portugueses e 74.000 em 1964. De acordo com um artigo publicado no jornal "La Defense", o número de clandestinos que não é computado ascendeu no primeiro daqueles anos a mais de 60.000.

● O Governo do Congo (Brazaville) cortou os últimos laços que o prendiam ao de Lisboa, proibindo todo o intercambio comercial com Portugal e suas colónias e bem assim que navios e aviões portugueses se utilizem dos portos e aeroportos congolezes.

● O jornal "Voz de Portugal" (vulgo "Voz do Dono") continua a regozijar-se com a fuga em massa dos trabalhadores portugueses para o estrangeiro, vendo nesse fenómeno uma prova da opressão do homem português...

● O jornalista fascista Ramiro Valadão acaba de ser colocado à frente da Casa de Portugal em Nova York para dinamizar ali a propaganda do regime de Salazar e particularmente das suas teses colonialistas. Valadão vinha chefiando os serviços de informação do SNI.

● O almirante Biermann, comandante chefe das Forças Armadas da União Sul Africana foi recebido em Lorraine Marques com grandes festas pelo governador geral de Moçambique e pelo general Costa e Almeida, comandante das tropas portuguesas daquela colónia.

● O montante das dividas provenientes do turismo ascendeu em 1964 a 3.480.000 contos. A guerra colonial absorveu tudo...

● A indústria de curtumes atravessa em Portugal uma crise gravíssima.

● Os campos do Alentejo continuam a ser devastados pelo "gafanhoto italiano".

● Escreve o "Luso Canadiano": "Salazar não consegue deslocar a Lisboa desde sempre, nenhuma grande personalidade politica nem o secretario-geral da ONU. Apenas Tshombé! E às escondidas, de noite".

● A crise económica em São Thomé torna-se dramática. Em discurso recente, o governador ten. coronel Silva Sebastião previu o proximo fim do "ciclo do cacau".

● Segundo o "Diário da Manhã", a formação de um partido democrata-cristão em Portugal constituiria um convite "à guerra civil"...

● Segundo o comandante da Companhia Disciplinar de Penamacor, os recrutados nela incorporados — muitos deles jovens presos políticos do Porto — serão enviados para a Guiné, a fim de seguirem à frente das tropas, procurando minas e armadilhas.

● Ainda em Penamacor encontram-se duas dezenas de membros da seita religiosa "Testemunhas de Jeová". Como se recusam a pegar em armas, são diariamente espancados.

● Corre em Lisboa que um alferes, de nome Barracosa, natural do Algarve, teria desertado na Guiné, arrastando consigo parte do pelotão que comandava.

**OUÇA A RADIO PORTUGAL LIVRE**  
(hora de Portugal)

Diariamente das 8 às 8,30 em 50 metros; das 20 às 20,30 e das 22,13 às 22,45 em 32 metros; e das 24,30 às 0,50 em 36,40 e 43 metros. Aos domingos das 13 às 13,30 em 19,20 25 e 26 metros.

**UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS**



SALAZAR E TOMAS "Os literatos sem gabarito devem falar apenas entre si mesmos"...

# Notas e comentários

## 600 anos de prisão não bastam!

Nunca, como nos últimos tempos se assistiu no nosso país a uma tão brutal intensificação repressiva. Nunca, como agora, os fascistas responderam tão abertamente com a violência e o terror às lutas reivindicativas dos estudantes, operários, intelectuais. Diz-se que a gigantesca e bem montada máquina repressiva já é suficiente, a PIDE, a GNR, a PSP, a Legião, a Guarda Fiscal, a Polícia de Trânsito já não bastam pois nunca, como agora, o governo deu o seu apoio a grupos fascistas do tipo "Centuriões", bandos de assassinos profissionais actuando dentro e fora do país. Ameaças, sequestros, prisões, condenações, exílios, assassinatos, são os alicerces da ditadura fascista de Salazar.

Este recrudescimento da repressão não significa, porém, um sistema de força do governo. Os 600 anos de condenações por delitos políticos, impostos pelos juizes fascistas em 1964, são, ao contrário, uma expressão de fraqueza do regime. Precisamente porque a luta popular persiste e se agudiza dia a dia, isolando cada vez mais o governo de Salazar do povo português, precisamente porque o fascismo se debate com dificuldades cada vez maiores é que o aparelho repressivo se faz sentir com maior violência. Por outro lado, a denúncia perante a nação dos crimes fascistas aumenta a revolta popular e traz para a Oposição novos quadros que possibilitam a estruturação e ampliação de novas frentes de luta: a recente formação de uma Comissão Nacional Pró-Amnistia é um ponto alto da luta unitária antifascista em Portugal.

No exterior e em consequência da intensificação da luta interna, cabe à emigração prosseguir ainda no caminho de desmoralização do salazarismo perante a opinião pública mundial. Se a propaganda fascista tão habil e eficiente ainda há poucos anos, não consegue já ocultar a verdadeira face do regime, não devemos abrandar na nossa acção. Antes intensificá-la e ampliá-la cada vez mais. Só assim seremos dignos daqueles que em Portugal, corajosamente vão trilhando os caminhos que conduzem ao levantamento nacional.

B. F.

## Fóra com os alemães!

No último número de "Portugal Democrático", um democrata português, João Ferro, em artigo intitulado "Bonn e Lisboa de mãos dadas", chamava a atenção para as consequências desastrosas da aliança cada vez mais íntima que liga hoje o fascismo salazarista ao governo revanchista do Dr. Erhard. A tão falada contradição aparente que não impede um país imperialista como Portugal de ser simultaneamente um país colonizador assume agora, com o reforço do eixo Bonn-Lisboa, aspectos que tornam acessível à grande massa da população a compreensão do processo de abjecta e total dependência em que Salazar colocou o País.

As visitas dos ministros, dos altos funcionários e dos parlamentares germano-ocidentais a Portugal sucedem-se numa cadencia impressionante. O acordo, claro, é perfeito. Como perfeito é o entendimento entre os representantes do grande capital monopolista alemão e a camarilha que concentra nas suas mãos o capital financeiro português e domina os monopólios nacionais cujas ligações com o estrangeiro são, aliás, conhecidas.

Foi a presença dos militares de Bonn que veio, entretanto, abrir os olhos ao povo. A invasão dos "conselheiros" da Bundeswehr assumiu tais proporções, tornou-se tão es-

candalosa que até os elementos mais alienados da população acabaram por se dar conta do que se escondia atrás da "amizade" germano-ocidental. É uma verdadeira ocupação de Portugal pelos representantes do militarismo prussiano que está em curso. Dir-se-ia que os "junkers" nos encaram já como o Porto Rico da Alemanha Federal. As botas dos nazis que há 20 anos, sob os uniformes da Whermacht e das S. S., talonaram a Europa, deixando atrás de si um rasto de crimes monstruosos, calcam agora a terra portuguesa. Eram ao tempo tenentes ou capitães; hoje subiram de patente: são coronéis ou generais. Mas o espírito não mudou: é exatamente o mesmo que tornou possível o endeuamento de Hitler e os horrores de Auschwitz.

É contra essa odiosa presença estrangeira que se insurge o povo português. Já o dissemos neste jornal e repetimo-lo: o combate diário, tenaz, total a essa horda, por todos os meios ao alcance da população tornou-se uma necessidade e um dever. Sempre condenamos o terrorismo e continuamos a recusar as soluções aventureiristas dos partidários da "ação directa" cujo esquerdismo infantil só contribui na prática para atrasar o processo que levará à derrubada do fascismo. A presença dos militaristas alemães em Portugal coloca, contudo, um problema de natureza intrinsecamente diferente. Toda a acção de violência contra essa tropa de ocupação estrangeira justifica-se como iniciativa patriótica. Hostilizar os prussianos de Beja é contribuir para a libertação de Portugal do fascismo. Ao invés dos actos de violência preconizados por certos elementos da oposição que sonham permanentemente com quarteladas e putschs, o recurso à violência contra os oficiais e soldados da Bundeswehr merecerá aprovação geral. Pode unir, nunca dividir. E se atendermos a que Bonn é hoje, tanto no terreno militar como no financeiro e no económico, o principal sustentáculo de Salazar, impõe-se uma conclusão: o "slogan" FORA COM OS ALEMÃES é presentemente sinónimo de ABAIXO O FASCISMO!

M. U. R.

## Consul quase subversivo

Peço licença aos leitores para falar na primeira pessoa mas não posso deixar por menos: O episódio que tenho a contar passou-se entre mim e o consul. — Perdão! entre o consul e eu, só que eu não sabia que ele era o consul. Por tanto, entre "ele" e eu. Foi assim: Estava eu numa livraria de S. Paulo, "Portugal Democrático" nas mãos, conversando com outro cliente sobre assuntos da política portuguesa. O assunto central era a Sociedade Portuguesa de Escritores, Luandino Vieira, e as peripécias conhecidas de todos nós, ligadas aos nomes daquela digna Sociedade e do digno escritor. Eu nem estava percebendo a infâmia do meu papel: esclarecer um estrangeiro com o taque alemão o que sabia e pensava sobre o "escândalo" do prémio outorgado a Luandino e a consequente explosão do animalismo fascista.

Foi aí que "ele" entrou na jogada. Saiu de trás de uma coluna, trazendo na mão um livro que ia comprar — a última obra de Costa Andrade, o escritor angolano. Aproximou-se. A pronúncia era de português de 1.ª classe, ainda não poluída por influências linguísticas tropicais. O traje tão alinhado, tão distinto quanto a sua própria figura, com aquele aspecto ultra-cuidado que dá o uso dos cremes de bronzear, a loção facial importada das melhores origens, a toilette impecável das pessoas para além de distintas. Enfim, exalando um altíssimo odor de recém-chegado.

Daqueles que a gente olha e pensa logo: aí está um sujeito com ar de saber de cor tim-tim por tim-tim a teoria do frugalismo — aquela teoria segundo a qual o povo português é feliz porque é frugal e é frugal porque sim — e a teoria do ignoratismo, essa outra que explica as virtudes primas da ignorância, o verdadeiro privilégio que é um povo não ter instrução.

Como ia dizendo, o homem distinto aproximou-se, tomado de um nervosismo contido com dificuldade nos limites da distinção. Observou: — "O caso não foi bem assim... o

## Rumo à Vitória

# PELA REFORMA AGRARIA-IV

Publicamos abaixo a ultima parte do capitulo consagrado à reforma agrária no importante depoimento "Rumo à Vitória".

De 1926 para agora podem calcular-se em mais de 200.000 o número de pequenas explorações desaparecidas. O processo continua e tão clamoroso que até os fascistas são obrigados a reconhecê-lo. O presidente dum Conselho Regional de Agricultura, dizia não há muito: "Estão a desagregar-se os últimos quadros da economia de subsistência" (Século" 25-4-62). De facto sectores cada vez mais vastos de pequenos proprietários e rendeiros passaram sucessivamente à condição de semiproprietários.

Em 1950, o censo geral da população mostrou claramente o grau adiantado da decomposição da pequena produção e o elevado grau de desenvolvimento do capitalismo na agricultura portuguesa. Na base desse censo, pode calcular-se que o número de proletários rurais se elevava já então a cerca de 950.000, enquanto que o de pequenos e médios agricultores (activos na agricultura) era já só de 450.000, dos quais apenas 335.000 proprietários.

O censo indicava ainda que os pequenos agricultores que nem trabalham como assalariados para outrem, nem têm assalariados a trabalhar para si (os chamados "isolados"), representavam apenas 21,5% da população agrícola activa e os "isolados proprietários" apenas 15,8%. Apenas no distrito de Viana do Castelo os "isolados" representavam mais de 50% da população agrícola e apenas em 83 concelhos do total de 273 representavam mais de 50%.

O reduzido peso dos pequenos agricultores "independentes" mostra bem a que ponto chegou já a sua ruína e proletarianização. Estas não se dão subitamente. O pequeno agricultor não passa em geral directamente de agricultor "independente" a "camponês sem terra". Ele começa por ir trabalhar a jorna de quando em quando, ou ir em ranchos trabalhar noutras regiões, ou mandar os filhos trabalhar a jorna. São ainda pequenos agricultores e já são também assalariados. Em Portugal, dado o

prémio foi um pretexto... — Bom, mas a Sociedade tinha, ou já teve, como presidente o sr. Paço d'Arco, que é mais fácil identificar com o Estado Novo do que com os tais comunistas.

— Sim, mas a Sociedade não foi culpada. A culpa foi do júri. Esses senhores é que tiveram a culpa. Eles é que deviam... ele nem sequer era candidato.

— Mas assaltaram a sede da Sociedade, destruíram tudo quanto lá havia.

— Está bem, isso foi um excesso, mas o júri...

Fiquei calado, encarando o homem visivelmente excitado que ali estava, deseioso de provocar discussão. Fiquei obstinadamente calado e quieto, feito estátua, olhando-o na face impecavelmente engraxada, quase tentado a estender-lhe um exemplar do "Portugal Democrático" que tinha a mais. O consul colocou precipitadamente o livro sobre o balcão, perguntou o preço e puxou pela carteira. Feito o pagamento, alcançou a porta e desapareceu.

Só dias mais tarde, pelas fotografias dos jornais, descobri que quase tinha entregado o P. D. ao consul, e o pior, quase tinha discutido com ele candentes aspectos da política salazarista. Foi uma pena a perda de tal oportunidade.

Meditando, acho agora o Dr. Oliveira quase subversivo. Considere-se o seguinte: Compra obras de Costa Andrade, um poeta nitidamente "terrorista"; acha que a baderna organizada pela PIDE contra a Sociedade de Escritores Portugueses foi um excesso; topando com um traidor como eu, não o xingou, apenas acusando ligeiro tremor na voz talvez íntima luta da sua fé salazarista com a sua condição de diplomata.

Não é uma delação o que quero fazer, mas olhem aqui senhores funcionários do consulado, vocês principalmente que não estão aí em funções, digamos, consulares; cuidado com o vosso consul. Ele ainda não é um subversivo, mas ler literatura terrorista já é um primeiro passo. E, depois, achar que aquele festival de fascismo dividido contra a Sociedade de Escritores foi um excesso é pelo menos, uma fraqueza. Cuidado e olho no homem!

S. Q.

adiantado grau de decomposição da pequena produção, uma grande parte dos pequenos agricultores estão já reduzidos à condição de semi-proletários.

Um inquerito realizado há cerca de 10 anos pelo Instituto Nacional de Estatística, mostrava que no total de 700.000 "explorações familiares" (por conta própria e por arrendamento) existentes no Continente, em 425.000 ou seja 61%, os pequenos produtores trabalham também como assalariados, são semi-proletários, e que no total de 418.000 "explorações familiares de conta própria" (isto é, explorações de pequenos proprietários), em 255.000, ou seja também 61%, os pequenos proprietários têm que vender a sua força de trabalho, são semi-proletários.

## Predomínio dos assalariados rurais

Nada tem acusado porém mais claramente o desenvolvimento do capitalismo na agricultura portuguesa e a liquidação da pequena produção do que o aumento do número de assalariados de forma a ser hoje de longe o proletariado a classe predominante nos campos. De 1940 para 1950, o número de assalariados aumentou mais de 100.000, atingiu em 1950 cerca de 950.000 e passou de 57,4% para 67,5% da população agrícola activa.

Nos distritos alentejanos, os assalariados representavam já em 1950 de 87 a 91% da população agrícola activa e nos de Lisboa, Santarém e Castelo Branco à volta de 75%. O que porém pode surpreender aqueles que falam da estabilidade e das vantagens da pequena produção é o facto de que também em regiões de "pequena propriedade" (distritos de Braga, Coimbra, Leiria, Porto, Vila Real, Viseu) predominam os assalariados rurais. Talvez que nas Beiras nunca tenham notado que no distrito de Viseu há cerca de 60.000 assalariados rurais e no de Coimbra cerca de 50 mil. Só em dois distritos (o de Aveiro e o de Viana do Castelo) os assalariados não representam a maioria da população agrícola activa, embora não andem muito longe disso. De 273 concelhos no Continente, apenas em 49 os assalariados representam menos de metade da população agrícola activa e em 120 concelhos representam mais de 70%. Em 100 concelhos, por cada pequeno agricultor independente, há de 3 a 9 assalariados, em 28 mais de 20 assalariados!

Infelizmente, só estão ainda publicados parcialmente os resultados do censo da população de 1960. Os números de 1950 mostravam já com inexecelável clareza, o grau adiantado da liquidação da pequena produção e o grau elevado do desenvolvimento das relações de produção capitalista nos campos.

Até 1950, um dos principais índices do desenvolvimento do capitalismo nos campos portugueses foi o rápido aumento numérico do proletariado rural. Esse aumento foi provocado pela liquidação vertiginosa da pequena produção, pelos lentos processos técnicos na agricultura, designadamente da utilização de máquinas, pelo lento progresso industrial e a consequente lenta absorção pela indústria da mão-de-obra libertada da agricultura.

## Consequências da mecanização

Entretanto, numa fase mais adiantada do desenvolvimento do capitalismo, diminui o número absoluto dos proletários rurais.

Em Portugal, nota-se nos últimos anos o apressamento do ritmo do desenvolvimento capitalista. Só de 1952 para 1962, o número de tractores passou de 2.961 para 11.806 e o número de debulhadoras de 3.121 para 5.288. O alargamento das relações de produção capitalista a todo o território nacional, o crescente uso de máquinas, a generalização da debulha mecânica, a utilização da moinha química e outros processos técnicos, estão repellido da agricultura um número crescente de braços a que dantes davam trabalho. Dada a diversidade

de da divisão da propriedade nas várias regiões do país, são entretanto de esperar grandes diferenças regionais. É natural que o proletariado rural continue a aumentar nas regiões de pequena propriedade e começa a diminuir nas regiões de grande propriedade. O prosseguimento da emigração tradicional dos pequenos agricultores do norte e o fenómeno novo da emigração maciça dos assalariados rurais aentejanos parecem indicar que assim é.

Deve estar entretanto a atingir-se no conjunto nacional um ponto de viragem, em que a mão-de-obra assalariada dispensada pela mecanização é superior à nova força de trabalho, que aparece à venda no mercado em virtude da proletarianização dos pequenos agricultores.

Se até recentemente o desenvolvimento do capitalismo provocava o aumento do número absoluto de proletários rurais, devemos estar chegando (e os primeiros números conhecidos do Censo de 1960 parecem indicar que já chegamos) ao ponto em que o desenvolvimento do capitalismo passará a provocar a diminuição do seu número absoluto no conjunto do país.

Os grandes agrários e capitalistas e os seus porta-vozes fascistas sentem-se inquietos com o desenvolvimento social. Por um lado liquidam e expropriam a pequena produção. Por outro, vêem crescer nos campos, como resultado desse processo o proletariado rural revolucionário. Daí lamentarem por vezes a liquidação da pequena produção que eles próprios levam a cabo; daí procurarem por vezes reanimá-la, criando núcleos de pequenos agricultores remediados, que criem ilusões ao proletariado rural e sirvam de tampão entre a grande propriedade e o proletariado. O capitalismo não pode resolver a insanável contradição que o rói e lhe cavará a tumba. Expropriando os pequenos produtores na indústria e na agricultura e reduzindo-os ao assalariado, a burguesia está criando os seus próprios expropriadores. O capitalismo não pode fugir a esse destino histórico.

Temos razões para nos alegrar com o peso numérico dominante do proletariado rural nos campos portugueses. O proletariado rural alarga nos campos a base social da revolução democrática e cria condições objectivas favoráveis para o socialismo. O proletariado rural de todo o sul do país das zonas de grande propriedade tem mostrado em milhares de lutas heróicas contra a ditadura fascista o seu elevado espírito revolucionário. Saudamos a força crescente do proletariado rural, como um factor da mais alta importância para o desenvolvimento da luta contra a ditadura fascista, para a realização da Reforma Agrária para a construção do Portugal democrático de amanhã.

## Benefícios da reforma

Isto não significa entretanto que nós possamos aplaudir, ou entusiasmar a política de exploração, de ruína, de expropriação de liquidação dos pequenos agricultores, pelo facto de engrossarem o proletariado rural. Nós dizemos aos pequenos agricultores que a sua situação dentro do capitalismo é sem esperança. Nós repetimos-lhes as palavras de Engels, apresentando-lhes "a absoluta certeza de que a grande produção capitalista passará por cima da sua impotente e antiquada pequena exploração como um comboio por cima dum carro de mão" ("o problema camponês na França e na Alemanha"). Nós defendemos intransigentemente os seus interesses contra a política do governo fascista ao serviço do capital financeiro e dos latifundiários, e apresentamos-lhes a única solução que os pode salvar da completa miséria.

A reforma agrária não beneficiará apenas os assalariados rurais. Ela beneficiará também o maioria esmagadora dos camponeses. As terras expropriadas aos grandes agrários devem ser entregues aos assalariados e aos camponeses pobres para que as utilizem como melhor entenderem; ou em explorações individuais que só poderão garantir uma vida folgada aos camponeses

(Continua na pagina 7)

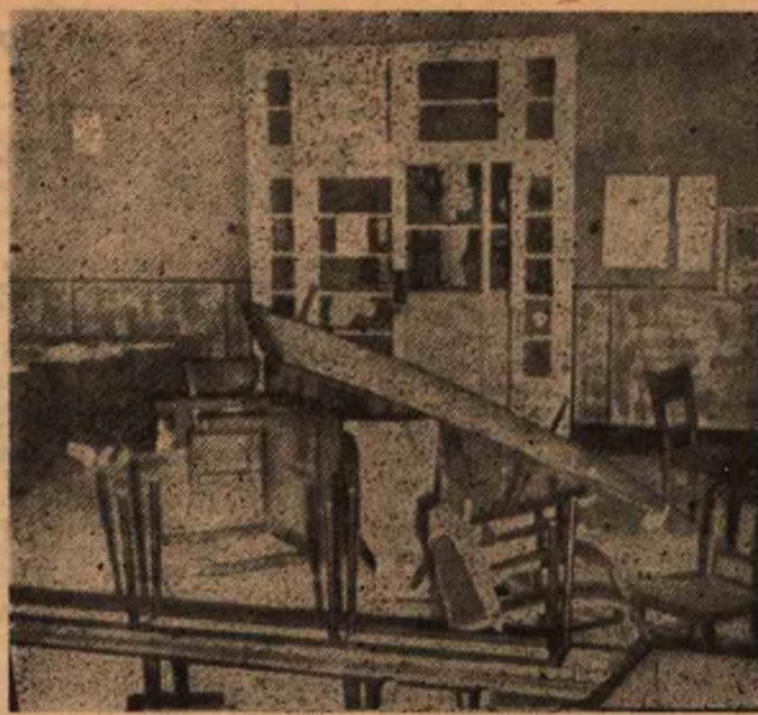
# O Obscurantismo Salazarista - (XI) Ainda os Escritores

Joaquim Barradas de Carvalho

As últimas notícias que nos chegam de Portugal, após a extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores, mostram bem o pânico existente nas hostes salazaristas. Algumas centenas, não muitas, de escritores, "armados-até-aos-dentes-com-canetas-de-tinta-permanente" (1), fazem tremer o "sólido" edifício salazarista! Assim, parece não haver memória, na infelicidade já longa história do obscurantismo salazarista, de uma vaga de repressão como a que estão vivendo os corajosos intelectuais portugueses. A acrescentar à longa lista de jornais, revistas, livros estrangeiros, interditos em Portugal, vem, parece agora juntar-se *Le Monde*, cuja edição semanal teria sido impedida de circular em Portugal desde o n.º 864. Tal como já tem acontecido com o *General De Gaulle*, estaremos sem dúvida em vésperas de ver *Beuve Méry*, Director de *Le Monde*, acusado na imprensa salazarista como um pe-

rigoso agente... de publicidade, do comunismo internacional... O ridículo infelizmente, não mata... Por outro lado, o Ministro da chamada Educação Nacional, Galvão Teles, ao ter conhecimento do abaixo-assinado de 180 intelectuais protestando contra o encerramento da Sociedade Portuguesa de Escritores parece ter tido como primeira reacção a ideia de mandá-los prender. Mas prender 180 intelectuais de uma assentada é demasiado forte para tão fraco Ministro. Os intelectuais portugueses não estão sós, como dissémos em artigo anterior a propósito da prisão de Manuel da Fonseca, Augusto Abelaira, Alexandre Pinheiro Torres. Os intelectuais portugueses têm com eles o Povo Português e os intelectuais livres de todo o Mundo. Mas se prender 180 intelectuais de uma assentada é ambigão irrealizável, outras medidas menos espectaculares, que possam passar despercebidas, são possíveis. Assim, ordem teria sido dada à Censura para impedir a colaboração em revistas e jornais de muitos dos intelectuais mais conhecidos do público, como Alexandre Pinheiro Torres. Outros há de quem o simples nome acompanhando o reclame de um livro de sua autoria não pode figurar na imprensa portuguesa, como Joel Serrão. Método aliás que já não é de hoje, pois outro tanto já aconteceu, e não há muito, com escritores como Castro Soromenho e Adolfo Casais Monteiro. Entre estas medidas sub-reptícias contam-se também as visitas das Casas Editoras pela fiscalização das Finanças que sempre se faz acompanhar de um agente da PIDE. Entre outras coisas procuram saber quem são os seus tradutores, como foram contratados, etc. Medidas nada espectaculares, bem características do fascismo salazarista. Foi com métodos deste tipo que o Salazarismo enganou durante anos a opinião pública internacional, fazendo-se passar por um regime de ditadura paternalista... Enfim, os nomes dos escritores não podem figurar nos jornais em simples reclame de livro publicado, os escritores não podem colaborar na imprensa, nas páginas literárias dos jornais, não podem colaborar nas revistas de cultura, não podem traduzir livros, e como consequência não podem viver. E viver na pleníssima acepção da palavra. Esta forma de repressão sub-reptícia, sem barulho, sem espectáculo, habitualmente chamada de jesuítica, é altamente eficaz. E para terminar estes dados sobre o panorama da repressão aos intelectuais no Portugal do momento, ainda nos chega a notícia de que a Censura teria tomado novas medidas no que diz respeito à publicação de livros, pois passaria a haver Censura Prévia também para os livros. Até agora a Censura Prévia exercia-se sobre toda a imprensa, mas não sobre os livros que saíam à luz do dia à responsabilidade dos autores e dos editores, o que levava à existência de uma Censura Prévia de facto, embora não de direito: os escritores auto-censuravam-se por receio de represálias e da apreensão dos livros, facto que a dar-se acarretaria problemas incontroláveis de natureza económica, assim como de outra "natureza", sobre a Editora, os seus Directores, ou Proprietários. Mas, ao fim e ao cabo, sejamos optimistas. Nunca a força bruta, o obscurantismo, conseguiu prevalecer, sair vencedor. A melhor prova de que assim também não será em Portugal, está na coragem dos nossos intelectuais, na coragem da nossa juventude, com uma menção especial, neste momento, para os valentes estudantes de Lisboa, Porto e Coimbra. E ao falarmos dos estudantes somos obrigados a não esquecer os jovens moços dos Liceus de Portugal, amadurecidos precocemente pela força do escândalo que é o obscurantismo salazarista. Apesar de estarem sob a alçada de uma feroz repressão policial os alunos de vários Liceus do País têm-se manifestado publicamente pela reabertura da Sociedade Portuguesa de Escritores.

(1) — Expressão do nosso amigo e grande escritor Jorge Reis, empregada na ótima carta que dirigiu ao Ministro Galvão Teles a quando da extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores. Pode ver-se o texto integral da carta de Jorge Reis nos jornais *A Semana Portuguesa* de São Paulo, e *Oposição Portuguesa* do Rio de Janeiro.



Aspecto da sede da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa depois de invadida por grupos de fascistas a soldo da PIDE. É com atos de "bravura" deste género que o regime mostra o seu amor à cultura...

## A AUTO-DEFESA DE MASSAS

Lopes Mendes

A auto-defesa revolucionária é uma forma de luta política ligada intimamente ao processo da luta de massas. Por isso preferimos designá-la AUTO-DEFESA DE MASSAS, embora, em rigor, se manifeste e se desenvolva independentemente. As formas operacionais e orgânicas da auto-defesa são muito variadas, mas distinguem-se por estas duas particularidades constantes. Por um lado politicamente estão ligadas às massas de modo essencial, derivam delas; por outro, actuam e exercem-se no terreno tático e orgânico de maneira independente.

As lutas de massas, tanto as reivindicativas como as políticas têm características próprias que dependem da sua origem, causas e objectivos. Visando fins restrictos e imediatos, são geralmente determinadas por poderosas reacções espontâneas das massas — exigências de aumento de salários, redução de horas de trabalho, luta contra a carestia, defesa da integridade nacional, etc. Não obstante a sua diversidade e periodicidade, as lutas de massas são manifestações coletivas inerentes e inseparáveis da luta de classes, e existem e desenvolvem-se sob todos os regimes políticos, mesmo, naqueles de democracia avançada. Na época contemporânea, precisamente, as lutas de massa atingem proporções gigantescas em numerosos países e por vezes transcendem os limites de um só país e dum continente inteiro. Por exemplo: as lutas contra o colonialismo e o imperialismo na África e na América Latina.

Em Portugal, durante os últimos 10 anos, as lutas de massas atingiram um nível pouco comum em países de regime fascista e, através destas lutas, multiplicadas o povo português adquiriu uma grande e valiosa experiência política e revolucionária. Durante décadas, as lutas de massas em Portugal tiveram geralmente um carácter reivindicativo e económico mas nos últimos tempos, mercê de condições internas, das contradições do regime e da nova correlação de forças de dentro e fora, vêm assumindo um matiz marcadamente político.

Paralelamente também o regime fascista toma medidas cada vez mais drásticas, intensificando o terror político e a repressão policial, transformando Portugal num País em permanente estado de sítio. A repressão aumenta em extensão e em profundidade. As forças repressivas militarizadas actuam como se de facto no País existisse um clima de guerra civil, anulando de raiz as escassas garantias da legalidade fascista. Val-se reduzindo a diferença entre o cidadão livre e o cidadão cativo; e todos os lutadores e os simples cidadãos estão condenados não só a ir parar aos cárceres como a serem chacinados e baleados nas ruas à queima roupa, sem a mínima protecção jurídica.

A guerra nas colónias e a crise interna do regime, as pressões do imperialismo desde dentro, o mal-estar reinante numa parte das forças armadas, os sacrifícios, penúrias e indignação das camadas populares, tudo isto está forçando a que as lutas reivindicativas mais diversas se transformem rapidamente em lutas políticas. Esta politização crescente das lutas populares é uma tendência geral do movimento antifascista português na hora presente, e deriva da radicalização das

massas. Tem uma base objectiva, histórica.

Estão certos, pois, aqueles que defendem que será por meio das lutas de massa, que o povo criará as condições políticas propícias para lançar-se na luta armada e na conquista do poder. Mas se a luta armada não surge pela decisão voluntária de alguns homens audazes e valentes, tampouco surge automaticamente da luta de massas dado que a motivação e finalidade destas lutas é quase sempre de natureza económica e política. Só excepcionalmente, mercê de factores extraordinários — invasão, guerra, forte comção interna — se transformam em luta armada aberta.

Por tal motivo, os mais ardorosos partidários do "push" militar e os extremistas da acção directa a outrance, vendo um só ângulo da questão — a sua raiz económica e reivindicativa — negam a eficácia e validade da luta de massas como veículo do processo insurreccional. No entanto, nas condições em que se desenvolve a luta em Portugal, para que uma revolução popular possa resultar vitoriosa terá que ser veiculada por intermédio das acções de massas, e como consequência destas.

No artigo anterior quizeamos precisar quais eram as formas de luta que a nosso ver estariam indicadas em Portugal para ir passando das formas habituais da luta pacífica às formas de luta violenta e armada. Do mesmo modo que a luta armada não surge automaticamente da luta de massas como o vapor da água a ferver, tampouco se pode precisar exactamente o momento e o modo da metamorfose, para ver que a passagem de uma a outra não se opera dumanelar uniforme, exclusiva e única. A estimativa possível é apenas aproximada.

Assim como o predomínio e a eficácia das formas de luta legais e pacíficas num momento dado não devem excluir nem excluem a possibilidade do emprego simultâneo de formas não pacíficas e ilegais, a luta armada não exclui, senão que pressupõe, também, lutas pacíficas e legais.

O certo é que num determinado instante da luta de massas, como resultado da intensificação do terror e da repressão, surge a necessidade, a imperiosa necessidade, do contra-ataque e da auto-defesa. Primeiro da auto-defesa, depois do contra-ataque.

Creemos que a auto-defesa é, portanto, uma consequência e um instrumento das lutas de massas e, nas condições portuguesas, a forma inicial da passagem para a luta armada — o primeiro passo da transformação das formas de luta pacífica em formas de luta violenta, e destas em formas superiores armadas e ofensivas. Creemos que a auto-defesa é inseparável da luta de massas como expressão política, mas que se exerce e funciona como força paralela e coadjuvante. Aparece como um fenómeno natural do processo revolucionário, como tendência do movimento geral da resistência popular, mas não é um corpo físico aderido e intrínseco das massas: é antes um derivado e atributo tático, um instrumento da luta que necessita ser estimulado, organizado e dirigido desde fora.

Por conseguinte, não basta que as lutas de massas se sucedam em escala ascendente, que as condições

## Delegação da JRP Visita a Bulgária

Publicamos abaixo o texto do comunicado divulgado em Sofia e Argel no dia 24 de julho, após a visita que uma delegação da Junta Revolucionária Portuguesa da Frente Patriótica de Libertação Nacional fez à República Popular da Bulgária:

No mês de Julho de 1965, convidada pelo Conselho Nacional da Frente da Pátria visitou a Bulgária uma delegação da Frente Patriótica de Libertação Nacional de Portugal, com a seguinte composição: Manuel Sertorio, Piteira Santos e Pedro Ramos de Almeida.

A delegação da Frente Patriótica de Libertação Nacional de Portugal efectuou uma viagem na Bulgária e teve a possibilidade de conhecer de perto a actividade da Frente da Pátria e as lutas do Povo Bulgaro contra o fascismo, assim como os seus sucessos na edificação do socialismo. A delegação teve encontros com numerosos dirigentes militantes da Frente da Pátria e com eles abordou uma série de problemas de mutuo interesse.

Entre a delegação da Frente Patriótica de Libertação Nacional e a delegação do Conselho Nacional da Frente da Pátria da Bulgária, tiveram lugar conversações amistosas sobre a actividade das tarefas da Frente da Pátria, e sobre a actividade da Frente Patriótica de Libertação Nacional.

Durante estas conversações verificou-se uma unidade absoluta de pontos de vista sobre os questões relativas à luta pela Paz, à democracia e à libertação nacional dos povos oprimidos.

A Frente da Pátria da Bulgária, apoia a luta da FPLN de Portugal contra o regime ditatorial fascista de Salazar e a sua política reaccionária de restrição de direitos e libertades dos povos, de perseguição às forças democráticas e aos filhos progressistas do povo português, contra as guerras coloniais que o regime de Salazar, com a ajuda económica e militar dos imperialistas, conduz contra os povos de Angola, de Moçambique e da Guiné dita portuguesa.

A Frente da Pátria da Bulgária manifesta uma profunda compreensão pelos esforços da FPLN para a união de todas as forças da FPLN para a união de todas as forças patrióticas anti-fascistas portuguesas, para a criação de condições favoráveis a um desenvolvimento democrático pacífico de Portugal e para a cessação das guerras coloniais.

As delegações exprimem a sua unanimidade na luta pela paz e pelo desarmamento geral, contra a abnegação dos direitos democráticos dos povos.

As delegações consideraram que é indispensável reafirmar a unidade dos movimentos e forças progressistas, democráticas e anti-fascistas do mundo contra o imperialismo em vista à liquidação definitiva dos vestígios da Segunda Guerra Mundial. A solução pacífica e democrática do problema alemão e do regulamento pacífico das questões internacionais.

Nas conversações foram expressas as concepções comuns na luta contra o colonialismo e o neo-colonialismo: para a liquidação da discriminação racial e da dominação colonial, para a cessação das guerras agressivas que os imperialistas prosseguem contra os combatentes da liberdade, a democracia e a independência nacional no Vietnã, no Laos, na República Dominicana, no Congo e noutros países.

A FPLN e a Frente da Pátria exprimem a sua unidade no apoio aos movimentos de libertação nacional destes países, para o reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação.

As duas delegações acordam entre si, no que respeita a necessidade de ampliar os contactos das duas Frentes, permutando publicações e informações.

Após a visita à Bulgária, a delegação portuguesa foi obsequiada com um jantar oferecido em sua honra pelo Executivo do Conselho Nacional da Frente da Pátria, que decorreu numa atmosfera amistosa e cordial.

A delegação da Frente Patriótica da Libertação Nacional regressa, sou a Argel.

## Exemplo de Coragem e Dignidade

Em Portugal, como em qualquer outro país fascista, há casos de traição em que elementos tidos como anti-fascistas, ao caírem nas mãos da PIDE, denunciam os seus companheiros de luta, causando desse modo graves prejuízos às organizações ou partidos a que pertencem. Mas a regra, felizmente, é a do comportamento digno e altivo ante os esbirros do aparelho repressivo da ditadura.

Dos muitos exemplos que provam a coragem, diríamos mesmo o heroísmo dos combatentes anti-fascistas portugueses citamos hoje um: o de ANTONIO DOS SANTOS GRAÇA.

Prêso em Abril de 64, Antonio Graça foi recentemente julgado e condenado por um tribunal fascista que lhe aplicou as famigeradas "medidas de segurança", equivalente à pena de prisão perpetua. Se já na PIDE a sua conduta havia sido perfeita, no Tribunal foi de molde a entusiasmar as poucas pessoas que enchiam a pequena sala.

"Sou um jovem — disse — que fez os 25 anos na cadeia. Durante 3 meses e 21 dias sofri bárbaros espancamentos. O agente Tinoco, para me obrigar levantar do chão, deu-me choques eléctricos com um agulhão. O próprio director da PIDE me calcou os pés em cima do estomago. Foi atirado ao ar, caindo desamparado no chão. Meteram-me num segredo em Caxias, sem luz, sem colchão, quase sem alimentos".

Como o juiz o interrogasse secamente com um "isso não me interessa", Antonio Graça respondeu-lhe: "E' seu dever interessar-se pelos crimes da PIDE, pois só aos fascistas esse problema não interessa".

## Comité Revolucionário de Moçambique

Assinado pelo sr. Vasco Campira A. Mboya, director de Informação Cultural e Serviços Sociais do Comité Revolucionário de Moçambique, COREMO, recebemos um comunicado anunciando que vários movimentos políticos moçambicanos acabam de criar aquela organização. Do COREMO, que tem a sua sede em Lusaka, na República de Zambíia (ex-Rodesia do Norte), fazem parte a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), o Congresso Nacional Africano de Moçambique, a União Democrática Nacional de Monomotapa, a União Nacional dos Africanos de Moçambique e a União Nacional Africana de Moçambique Independente.

# ção Onde Está Dias Lourenço?

# Recurso Contra a Extinção da S.P.E.

O governo fascista de Lisboa não deu até agora qualquer resposta às centenas de apelos e protestos que vem recebendo a propósito do "desaparecimento" do dirigente operário Antonio Dias Lourenço. O silêncio oficial contribui para o aumento da inquietação, radicando-se cada vez mais na consciência popular a convicção de que a PIDE assassinou aquele patriota.

A fortaleza de Peniche permanece praticamente isolada do resto do País. A suspensão das visitas mantém-se e a família de Antonio Dias Lourenço, apesar dos insistentes esforços realizados, não obtém a menor informação sobre o que se passa no sinistro presidio.

## APPELO A COMISSÃO DOS DIREITOS DO HOMEM

Os democratas portugueses do Brasil integraram-se desde a primeira hora na campanha mundial que visa a esclarecer o que aconteceu a Antonio Dias Lourenço. A Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa enviou a respeito do assunto a seguinte carta ao presidente da Comissão dos Direitos do Homem:

"Não é a primeira vez que esta entidade se dirige a V. Exa. para comunicar factos relacionados com a sistemática violação dos Direitos do Homem por parte do Governo Português. Se o fazemos hoje novamente é porque nos chegam do Portugal notícias alarmantes sobre a intensificação do terror policial e não se acha o povo português em condições de levar o seu protesto aos altos organismos internacionais.

São do domínio público as perseguições movidas pelo regime do ditador Salazar aos estudantes portugueses que se encontram privados das mais elementares liberdades associativas. O terror cultural assumiu, entretanto, ultimamente, uma feição ainda mais grave com a dissolução da Sociedade Portuguesa de Escritores e a subsequente prisão de três dos seus directores, acusados de haverem atribuído um prémio literário a um preso político e a essa violência o governo desfechou uma verdadeira ofensiva contra todas as manifestações da cultura tendo a Polícia Política prendido nas livrarias e editoras de Lisboa à apreensão de mais de 50.000 livros.

Acompanhando o desencadeamento dessa vaga de terror policial o regime a que estão submetidos os presos políticos — regime insistentemente denunciado pela Associação Internacional dos Juristas Democráticos como atentatório dos mais elementares direitos da pessoa humana — tornou-se ainda mais bárbaro. Existe concretamente o receio entre milhares de portugueses de que na Fortaleza de Peniche tenha sido assassinado o dirigente operário Antonio DIAS LOURENÇO que ali se encontrava preso desde o início do ano de 1963, após ter sido submetido a tortura durante os seis meses que precederam a farsa jurídica que resultou na sua condenação. Há mais de dois meses que a família e os amigos não conseguem obter informações a respeito desse democrata, cujo estado de saúde decorrente de maus tratos constantes, vinha inspirando sérias preocupações. Por outro lado, a circunstância de terem sido suspensas todas as visitas aos demais presos, mantendo-se a Fortaleza de Peniche praticamente isolada do mundo, reforça os insistentes rumores segundo os quais Antonio DIAS LOURENÇO teria sido assassinado. Refletindo as apreensões do povo português a respeito uma campanha internacional de protesto encontra-se em curso, mas o governo de Lisboa não deu até agora qualquer resposta aos pedidos de esclarecimento que lhe vêm sendo endereçados por numerosas entidades jurídicas de vários países empenhadas em saber o que aconteceu a Antonio DIAS LOURENÇO e bem assim a JOSE BERNARDINO, outro preso de Peniche do qual não há também notícias.

Nesta conformidade, interpretando a inquietação de dois milhões de democratas portugueses residentes na América, a Unidade Democrática

Portuguesa vem chamar a atenção de V. Exa. para a gravidade dos factos acima relatados que configuram novas violações dos direitos do Homem por parte do governo do Sr. Oliveira Salazar, esperando que a presente denúncia seja tratada nos termos das alíneas B) e E) do parágrafo 2 da Resolução 728 F do Conselho Económico e Social da ONU.

Aproveitamos o ensejo para apresentar a V. Exa. os protestos da nossa elevada consideração."

A Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa.

## PROTESTOS ESTUDANTIS

A Unidade Democrática Portuguesa remeteu simultaneamente aos jornais um longo comunicado sobre o assunto, convidando a opinião pública brasileira a participar da campanha mundial destinada a esclarecer o affaire Dias Lourenço. Publicado na íntegra em vários órgãos da imprensa diária, entre os quais o "Jornal do Brasil", esse documento-denúncia causou grande emoção, principalmente nos meios operários e estudantis. Entre os apelos enviados para Portugal como reflexo desse estado de espírito contou-se o dos dirigentes estudantis, subscrito pelo presidente da União Nacional dos Estudantes e pelos presidentes das principais uniões estaduais. Reproduzimos, abaixo, o texto do referido apelo; endereçado ao "presidente" da República e Ministro da Justiça:

"Os signatários, estudantes das Universidades do Brasil, reunidos em São Paulo no Congresso da União Nacional dos Estudantes, vêm manifestar a sua preocupação em face das últimas notícias que nos chegam de Portugal.

Há sérios indícios de que a PIDE acaba de cometer um novo crime, assassinando o destacado dirigente antifascista ANTONIO DIAS LOURENÇO que se encontrava detido na tristemente célebre Fortaleza de Peniche.

A família não tem notícia dele e as visitas aos presos foram interditas. A prisão de Peniche encontra-se isolada do mundo há várias semanas. Outro preso, o dirigente estudantil, JOSE BERNARDINO, encontra-se em rigoroso isolamento.

Em nome dos princípios humanitários que o governo português se comprometeu a respeitar ao subscriver a Declaração dos Direitos do Homem, solicitamos de V. Exa. imediatas providências no sentido de terminar o isolamento em que se encontra Peniche, que JOSE BERNARDINO, seja restituído ao convívio dos seus companheiros e que a família, o povo português e a opinião pública mundial sejam informados sobre o que na realidade sucedeu a ANTONIO DIAS LOURENÇO.

a) António Xavier — Presidente da União Nacional dos Estudantes; Sylvio Band, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo; Altino R. Dantas Jr., 4.º Vice-Presidente da UEE; João Fidelis, Escola de Engenharia da Universidade da Bahia; A. Montelero, Filosofia, Ciências Sociais da Universidade do Pará; J. Silva, Filosofia e Letras do Estado de São Paulo; Maria Salete D. da Silva, Faculdade Filosofia da S. S. de

São Paulo; Armando Dias Duarte, Faculdade de Ciências Económicas da Universidade de Minas Gerais; Valmir Rezende, 2.º Vice-Presidente da União Nacional dos Estudantes; Célia Maria Uchôa, Universidade de Pernambuco, e dezenas de outras assinaturas de estudantes de todos os Estados do Brasil.

## EMOÇÃO EM FRANÇA

Em França, os principais órgãos da imprensa parisiense publicaram amplo noticiário sobre o caso de António Dias Lourenço, deixando transparecer a possibilidade de que aquele patriota tenha sido assassinado pela PIDE. Transcrevemos a seguir da edição de 22 de julho de "L'Humanité" a parte final do comentário que esse jornal consagrou ao assunto:

"Temos ainda na memória o assassinio do general Humberto Delgado. Não se deve apenas esperar com impaciência esclarecimentos sobre o desaparecimento de António Dias Lourenço. Não, é preciso agir imediatamente.

Os democratas portugueses apelam para a solidariedade da classe operária, para os democratas franceses e para a opinião pública internacional. Uma intervenção poderosa, apoiando a das famílias dos presos e a dos democratas portugueses, com o objectivo de fazer pressão sobre o governo de Salazar e a sua policia política poderá fazer luz sobre o caso e pôr termo às violências e arbitrariedades infligidas aos presos políticos da fortaleza-prisão de Peniche.

Informado de que os presos políticos da fortaleza de Peniche estão isolados e mantidos no "segredo" o Socorro Popular Francês interveio já junto ao presidente do República de Portugal pedindo-lhe que suspenda essas medidas e comunicando-lhe as suas inquietações, particularmente a respeito do destino de Antonio Dias Lourenço e de José Bernardino, de que não há notícias".

## NO URUGUAI

No Uruguai, a União das Mulheres Portuguesas, logo que tomou conhecimento do caso Antonio Dias Lourenço, divulgou um comunicado de que reproduzimos abaixo alguns trechos:

"Na fortaleza de Peniche, Dias Lourenço foi várias vezes ameaçado de morte pelos esbirros da PIDE, e muitas vezes torturado até perder o conhecimento, sendo também submetido a longos períodos de "segredo", a regime de pão e água.

Está bem presente na memória de todos o recente assassinio do general Delgado e da sua secretária Arajaray Campos. A Gestapo portuguesa não recua ante os meios para defender a sua sobrevivência.

A União das Mulheres Portuguesas solicita a todas as organizações sindicais, culturais e populares que dirijam os seus protestos, por esta vaga de terror que a ditadura portuguesa exerce sobre o povo de Portugal, ao governo de Oliveira Salazar."



E JOSE BERNARDINO?

A Polícia contra os estudantes, imagem que entrou no quotidiano da vida portuguesa.

dos Direitos do Escritor Português; III — Fomento e Difusão da Literatura Portuguesa.

Tencionava, no corrente ano, comemorar os centenários de Gil Vicente, Bocage, D. Francisco Manuel de Melo, Antonio de Melo, Antonio Nobre, Camilo Pessanha, Raul Brandão, e da Questão Coimbrã; assim como o cinquentenário do Orfeu. No plano da radiação externa concebera a criação de delegações em Paris e no Rio de Janeiro ou São Paulo; "e outros processos se procuravam pôr em prática para tornar cada vez mais conhecido o prestigiado nome de Portugal".

O dr. Eduardo Figueiredo afirma mais adiante que "a qualificação de terrorista (atribuída ao escritor premiado pela Sociedade) tem que ser feita não pelos conceitos jurídicos da ANI ou da Lusitânia, mas em virtude dos que a lei enuncia; pelo acordão da sentença que o condenou podendo concluir-se que Luandino Vieira não foi condenado por actividades de terrorismo. Por outro lado, os méritos literários de Luandino Vieira têm sido galardoados, antes e depois da condenação, sobretudo em Angola; recebeu em 1961 o primeiro prémio de conto da Sociedade Cultural de Angola, em 1962 o 1.º prémio José Dias, da Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa; em 1963 o 2.º prémio do Conto de Associação dos Naturais de Angola, de Luanda; em 1964 o primeiro prémio Mota Veiga, de Luanda.

"O jornal desta cidade ABC — Diário de Angola, sujeito a censura como a imprensa do continente, referiu-se no numero de 30 de outubro de 1964 ao livro nestes termos: "Luanda assinala o nascimento de uma literatura". No numero de 13 de novembro decau-lhe outro artigo subordinado ao título "Uma lingua que nasce" (a proposito de Luandino Vieira. Ainda o mesmo jornal, em 5 de maio do corrente ano, inseriu uma entrevista com Antonio Augusto Salles, durante 3 anos diretor literario do jornal, que ao livro se referiu nestes termos escritos em grossos caracteres: "Cito o notável livro de Luandino Vieira "Luanda", obra de autenticas raizes africanas, apaixonante e de capital importancia".

Depois de citar a famosa sentença de Rui Barbosa: "Pode haver perdão para o mau ladrão, mas não há salvação para o juiz covarde", o dr. Eduardo Figueiredo termina a sua notável peça jurídica solicitando a completa anulação do despacho ministerial que fechou a Sociedade Portuguesa de Escritores.

Resta saber, e sobre isto nem o advogado nem os recorrentes têm a mínima ilusão, se ainda haverá juizes dignos em Portugal, capazes de julgar com isenção de animo e com independência este caso que envergonha Portugal, ou se teremos que repetir, mais uma vez, com Rui Barbosa, que no nosso país "não há salvação para o juiz covarde".

## SOLIDARIEDADE DOS ESCRITORES FINLANDESES

A Associação dos escritores finlandeses e a dos escritores suecos residentes na Finlândia, numa resolução conjunta, exigem que a Sociedade Portuguesa de Escritores seja restabelecida nos seus direitos. Um abaixo assinado entregue na embaixada de Portugal na capital finlandesa sublinha que a dissolução da SPE é contraria à vontade geral de melhorar a condição dos artistas e pessoas de letras e o seu estatuto jurídico.

# Pela amnistia e contra a repressão

## EM LIBERDADE JOSE' AUGUSTO SILVA E JULIETA GÁNDARA

O povo português acaba de alcançar duas grandes vitórias com a libertação de José Augusto Silva e Julieta Gándara. Obtidas no seguimento de muitas outras.

Ambos os casos são bem conhecidos dos democratas portugueses espalhados pelo mundo. O mais recente — o de José Augusto Silva — suscitou internacionalmente uma onda de indignação que se traduziu numa corrente contínua de protestos enviados às autoridades fascistas de Lisboa. Prêso pela PIDE após as manifestações estudantis do fim do ano passado e do início de 1965, José Augusto Silva foi posteriormente internado num reformatório por ter apenas 15 anos idade, uma impossibilitava a gestapo salazarista de o conservar em seu poder. Entretanto e porque se sabia que a PIDE aguardava apenas que o jovem patriota completasse os 16 anos para o fechar num dos seus presídios, iniciou-se em dezenas de países sob pressão da opinião pública portuguesa, profundamente revoltada, uma campanha exigindo a imediata e incondicional restituição à liberdade de José Augusto Silva. Salazar, mais uma vez teve de ceder e a PIDE perdeu a presa que já tinha como certa.

A libertação de Julieta Gándara foi outra grande vitória. Eleita "Prisioneira do Ano" pelo Comité Amnisty, formado de personalidades de tendências políticas conservadoras, Julieta Gándara recebeu como pena escolhida um trabalho auxiliar, mas não pôde evitar a reintegração nas teses do fascismo português de que todo o alarido internacional feito em torno dos portugueses encarcerados nos seus presídios parte das forças que considera "subversivas". Julieta Gándara, advogada brilhante a quem a PIDE não perdoa as atitudes de dignidade assumidas em favor da autodeterminação do povo angolano, vem assim aumentar o número de patriotas que recuperaram a liberdade na sequência de grandes campanhas nacionais e internacionais promovidas com êxito objectivo.

## LIBERDADE PARA JOSE' VITORIANO!

O feliz desfecho dos casos de José Augusto Silva e Julieta Gándara, ao confirmar as debilidades do aparelho repressivo do fascismo, representa um precioso estímulo para a campanha mundial em curso que visa a obter a libertação do dirigente operário JOSE' VITORIANO.

Não resta a menor dúvida de que o fascismo se verá forçado a libertar aquele patriota se o clamor mundial em torno do seu caso prosseguir e se ampliar. Pedimos por isso uma vez mais a todos os nossos leitores que não deixem de enviar cartas exigindo a libertação imediata de José Vitoriano ao "presidente" Américo Tomás, a Salazar e aos ministros da Justiça e do Interior do governo fascista de Lisboa.

Em França vem assumindo especial amplitude o movimento de solidariedade a José Vitoriano. Durante a Grande Festa da Juventude Trabalhadora, realizada em Montreuil, pela CGT, circulou uma petição entre a assistência, exigindo a libertação do grande patriota, que recebeu mais de 1.000 assinaturas. Por outro lado, a Federação Sindical Mundial pediu à Organização Internacional do Trabalho que intervenha junto ao governo português para que José Vitoriano seja posto em liberdade.

**SOLIDARIEDADE DO URUGUAI**  
No Uruguai prossegue em nível alto o movimento de solidariedade a Portugal. Durante um dos programas de rádio promovidos pela organização democrática "Portugal em Sud America", o sr. Luis Hierro Gambardella, presidente da Cámara dos Deputados do Uruguai e da Comissão Americana Pro-Amnistia aos Presos e Exilados Políticos de Espanha e Portugal, pronunciou a seguinte alocução:

"Quero expressar as minhas saudações e adesão às Jornadas de Solidariedade ao Povo Português, e à sua constante luta contra a ditadura que o oprime, assim como o meu desejo de defender e apoiar as liberdades básicas do nobre povo lusitano.

Tenho acompanhado e acompanharei, com fervor, este movimento na esfera uruguaia, porque considero que o nosso país tem que apoiar esta libertação, posto que a Liberdade

é indivisível e universal; não corresponde nem pertence ao património de cada Povo, se não que corresponde e pertence ao património indivizível do Ser Humano.

Quero assinalar o meu apoio a todas as atitudes do Movimento Pró Liberdade do Povo Português, à luta pela liberdade imediata de JOSE' AUGUSTO SILVA, preso com 15 anos de idade, pelo regime feroz da ditadura portuguesa, à luta de libertação de todos os presos políticos à imediata conquista de um STATUS de liberdade de respeito do Direito e das Normas Jurídicas que está totalmente violado e desconhecido em Portugal, pela ditadura portuguesa!

Em America Latina que é um Continente que defende as liberdades do mundo, porque o seu destino se baseia fundamentalmente, no desenvolvimento integral das liberdades, o apoio ao Povo Português, como o apoio ao Povo Espanhol, é parte principal do espírito destes Povos. Nós apoiamos o desenvolvimento das lutas em favor das liberdades daqueles povos, criadores da nossa cultura, porque nos sentimos responsáveis como filhos e herdeiros da cultura hispanica, da necessidade de que estes povos reconquistem as suas liberdades.

É possível que se nos diga que de acordo com o sentido estrito da não intervenção não deveríamos intervir nos assuntos de cada um dos povos; eu oponho, repito, a esse conceito estrito da autonomia dos povos, o conceito universal da liberdade. A liberdade não é coisa dos povos, mas sim, da universalidade do Homem. Os Direitos Humanos não têm Patria; são Universais e há uma organização jurídica as Nações Unidas, que tutela e defende os Direitos Humanos no Mundo! Em reclamamos a intervenção das Nações Unidas para que universalize a defesa dos Direitos Humanos em todos os Estados; reclamamos a desparição dos conceitos "Preso político" e a "Perseguição por ideias"! No Mundo moderno a liberdade de espírito tem que ser um STATUS universal, universalmente respeitada pelos Estados e têm que existir organizações jurídicas no mundo que permitam o desenvolvimento e a defesa da Liberdade Humana.

"Quero afirmar também, a minha solidariedade comovida com o martirio do General Humberto Delgado, assassinado brutalmente pela

ditadura portuguesa em complicidade com a ditadura espanhola! Duas ditaduras que se unem para assassinar a Liberdade! Assim como eles se unem para assassinar a Liberdade, os Povos devem-se unir para combater e abater as ditaduras do Mundo!

## PATRIOTAS TORTURADOS

**MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATOS** patriota detida em Abril, continua encarcerada em Caxias. Permaneceu durante doze dias na PIDE onde se recusou a prestar declarações. Os agentes que a tentavam interrogar, despeitados, despiram-na, mantendo-a nesse estado durante vários dias, levando o seu sadismo ao ponto de a forçarem a fazer as suas necessidades fisiológicas ali mesmo. Maria da Conceição de Matos, em consequência dessas brutalidades sofreu um grave resfriado, tendo de ser internada. Até fins de maio esteve proibida de receber visitas.

O estudante **JOÃO BERNARDO BENTO**, foi submetido à tortura do sono durante vários dias. Enquanto fazia "a estátua" batiam-lhe com um cacete nas pernas. Apesar de todas essas violências, recusou-se a prestar declarações.

**MARIANA JANEIRO** de Baleia, foi também submetida à tortura do sono durante 11 dias. Além de a forçarem a saltar obstáculos e de a agredirem, aplicaram-lhe a tortura do "pingo de água" na cabeça.

**NOVAS PRISÕES**  
No Porto foram presos a 22 de maio o advogado Vilhena de Andrade e o arquiteto Andrade. O primeiro, depois de levado para Lisboa, foi novamente trazido para o Porto onde tem sido autorizado a receber apenas a visita da esposa.

Foi igualmente preso no Porto um funcionário das Finanças, de nome Viriato.

**JOSE' ROLIM EM PERIGO**  
Continua a agravar-se o estado de saúde de José Rolim um dos patriotas transferidos de Peniche para Caxias. Atacado de um processo infeccioso na coluna vertebral, José Rolim só poderá salvar-se se for submetido urgentemente a uma operação delicadíssima na Alemanha. Salvemos a vida de Rolim, iniciando uma campanha nesse sentido.

# Colonialismo e Anticolonialismo

## Guiné

**O colonialismo perde terreno**  
As forças nacionalistas conquistaram toda a região do Boé, a sudeste do país, alargando consideravelmente a superfície sob seu domínio.

Numa série de ações coordenadas as unidades regulares do PAIGC barraram as vias de acesso à região, atacando a seguir sucessivamente, todas as guarnições que ficaram isoladas no interior do Boé. No curso das operações o exército colonialista perdeu 47 homens, registrando grande número de feridos que tiveram de ser retirados por helicópteros. As perdas dos colonialistas incluem um carro blindado, três caminhões e diversos veículos de diferentes tipos, um depósito de gasolina e um posto emissor-receptor completamente destruídos e considerável quantidade de material apreendido. Os aquartelamentos de Madina e Béli foram ocupados e destruídos pelas unidades do exército de libertação.

No resto do país continuam a registrar-se importantes ações armadas, notando-se cada vez maior insistência nos ataques a quartéis e instalações ocupados pelas tropas colonialistas, geralmente com pesadas perdas para estas. Neste tipo de ações destacou-se o ataque realizado por diversas unidades nacionalistas contra o quartel de Pirada, no Gabu, a 1 Km da fronteira senegalesa. O ataque, iniciado à meia noite, durou até às 5 horas da manhã, tendo resultado na destruição da maior parte das casernas e de diversas instalações, em 60 baixas entre os membros da polícia especial além de 25 soldados mortos ou

feridos. As perdas em material cifraram-se para os colonialistas, em dois caminhões e um jeep destruídos e na apreensão de 25 fuzis Mauser, três receptores de rádio e outro material.

## Angola

Os comunicados distribuídos periodicamente pelos "Serviços de Informação das Forças Armadas" continuam a assinalar actividade rebelde em inúmeros pontos do norte de Angola, abstendo-se no entanto de mencionar as baixas sofridas pelas tropas colonialistas. Em contraste com tais "comunicados", a imprensa de Lisboa publica diariamente nomes de militares mortos em combate nesta colónia, porém sem qualquer destaque e na maior parte das vezes disfarçados entre as "pequenas notícias".

## Moçambique

De acordo com os últimos comunicados distribuídos pela FRELIMO, em Dar-es-Salaam, os destacamentos de guerrilha continuam a desenvolver intensa actividade em diversas regiões situadas no norte da colónia, mantendo o exército colonialista em permanente estado de insegurança e ocasionando-lhe severas perdas em homens e material militar. Eis algumas das ações levadas a efeito nas últimas semanas:

Num ataque de guerrilheiros a um comboio militar foi destruída uma viatura e mortos 4 soldados portugueses.

Noutro ataque a comboio de 3 viaturas militares que se dirigiam

# Salazar Expulsa...

(Conclusão da 1.ª pag.)

interrogatórios, o que demonstrava, segundo ele afirmava, que seguia as directrizes do partido comunista. Ora, nesse processo, figuravam duas atas de interrogatório assinadas por Antonieta Rodrigues. A mesma testemunha garante que não existiam na PIDE as celas chamadas "curros" (nome das jaulas em que são transportados os touros), que medem, no chão, 1m 90 por 0m65, e nos quais é impossível permanecer de pé. Entretanto, quatro advogados tinham estado, eles próprios, encarcerados na PIDE, nesses "curros": o vice-presidente da Ordem dos Advogados, dr. Abranches Ferrão, durante 3 dias e os drs. Mário Soares e Netto durante 22 dias e 4 meses e meio. Os acusados designaram um após outro, os guardas que estavam sentados no bancos destinados ao público, e que os tinham torturado.

Os maus tratos infligidos pela PIDE aos estudantes foram revelados à opinião pública internacional, no mês de fevereiro, por dois advogados, a Dra. Solange Bouvier-Ajam, secretária da Associação Internacional dos Juristas Democráticos e o Dr. Nicolas Jacob, membro da Amnesty International. Dois jovens, comprovou-se então, tiveram que ser transferidos para hospitais psiquiátricos: Gina Azevedo e Maximino Vaz da Cunha, este ultimo depois de ter sofrido a tortura da "estátua", ficando sem dormir 60 horas. Outro, Baeta Neves tentou suicidar-se, depois de torturado, engolindo os vidros quebrados dos óculos.

Depois da audiência dramática de 21 de julho, o Ministério Público preferiu renunciar à apresentação da segunda e última testemunha de acusação.

No dia 22 de julho, mais de 50 das 400 testemunhas de defesa foram ouvidas. Todas se referiram aos acusados como estudantes exemplares, no plano intelectual e moral. O simples fato de terem sido eleitos para as Associações Académicas já comportava riscos. O secretario geral da Federação dessas Associações, João Gabriel Morato, sabia bem que dos seus antecessores, um fora excluído da Universidade em março de 1964 e outro tinha, sido preso em novembro de 1962. Os Presidentes das Associações de Ciências, Direito, Ciências Economicas e do Instituto Superior Técnico, tinham também sido expulsos em março de 1964. E paralelamente a este processo estão sendo realizados processos disciplinares contra 208 estudantes de Lisboa, a fim de excluí-los temporária ou definitivamente da Universidade. A acusa-

ção contra os estudantes Pereira da Silva Vilhena de Carvalho e Nuno de Almeida acentua a sua "responsabilidade particular como dirigentes da Associação Académica da Faculdade de Direito".

Este processo constitui uma verdadeira "caça às feitiças". Dois exemplos servirão para ilustrar o estado do espirito dos seus organizadores: a PIDE apresentou, como documentos de acusação, recortes dos jornais franceses "Le Monde" e "Le Nouvel Observateur"; por outro lado, recusou ao Presidente da Juventude Universitaria Catolica, Luis Filipe Saigado Matos, autorização para ler na prisão as encíclicas Pacem In Terris, Mater et Magistra e Ecclesiam Suam, alegando que se tratava de documentos de caracter politico.

Travei pessoalmente contacto com os métodos da PIDE que me comunicou, no dia 22 de julho, no fim da audiência, a decisão, tomada pelo seu Director, de me expulsar do territorio português, embora o Presidente do Tribunal tivesse a cortezia de me deixar sentar ao lado dos meus colegas portugueses. Juntamente com estes colegas, eu tinha começado a conversar com os estudantes, durante uma suspensão da audiência. Um guarda pediu-me que não o fizesse; obedeci imediatamente a essa ordem. Foi este entretanto o pretexto utilizado pela PIDE, que já expulsara de Portugal, em abril de 1964 quatro juristas, entre os quais o advogado americano Robert Kenn, antigo "attorney" geral da Califórnia, que tinham vindo a Portugal proceder a um inquérito sobre a situação dos presos politicos.

Aos estudantes acusados neste processo poderão ser aplicadas, mesmo em caso de absolvição, ou depois de expirar a pena a que forem condenados, as chamadas "medidas de segurança". Estas medidas são aplicadas, nos termos de um Decreto Lei de 12 de março de 1956 "por um tempo indeterminado de 6 meses a três anos, renovável por periodos successivos de 3 anos enquanto o seu parecer perigoso". Parece-me muito útil dar a conhecer as autoridades portuguesas a emoção provocada por este importante processo e pelas punições disciplinares e maus tratos exercidos contra os estudantes defensores das liberdades universitarias e do progresso cultural do seu país".

a) Joe Nordmann  
Secretario Geral da Associação Internacional dos Juristas Democráticos.

## O 5 de Outubro em São Paulo

O Centro Republicano Portugues, coletividade democrática que tradicionalmente promove em São Paulo as festividades comemorativas da Revolução do 5 de Outubro de 1910, iniciou já o trabalho preparatório deste ano, a fim de que a celebração da passagem do 55.º aniversário do glorioso levante do povo português contra a Monarquia alcance a maior expressão possível. Do programa faz parte um grande jantar de confraternização democrática a realizar-se em local a ser oportunamente anunciado.

Recebem-se pedidos de inscrições na sede do Centro Republicano Portugues e na nossa Redação, à Rua Conselheiro Furtado 191, sala 2, telefone 370933.

## Auto Defesa...

(Continuação da 4.ª pag.)

objectivas sejam favoráveis, nem que se aproxime ou exista uma situação revolucionária: a luta armada não brotará automaticamente. Tem de ser organizada. Depende da força dos partidos, da vontade e do esforço de todos para levá-la a cabo. Parte desse esforço será a sistematização das lutas numa direcção coincidente com o fim estratégico. No estágio actual, a tarefa principal consiste em elevar as lutas de massas a um nível superior, orientando-as no duplo sentido politico e de auto-defesa.

para Chikalonga, o último carro foi destruído e 3 soldados perderam a vida.

Numa emboscada a um destacamento colonialista que seguia para a região de Ndonde foram mortos mais 5 soldados e muitos outros foram feridos, caindo em poder dos elementos nacionalistas diversas armas e material.

Um caminhão que seguia a caminho de Nangade, carregado de tropas, caiu num buraco camuflado aberto na estrada por elementos da FRELIMO, ficando fora de ação, enquanto diversos soldados saíam feridos.

Por último, noutro ataque a um comboio de 4 viaturas que seguia da missão católica de Imbuho para Mutamba dos Macondes, transportando uma "Companhia de Limpeza" três carros ficaram completamente destruídos, registrando-se grande número de baixas entre os soldados que seguiam nas mesmas.

## LEIA

"Missão em Portugal" de Alvaro Lins

"Tberia, Anistia, Revolução" de Jonas Negalha

"Salazar Visto do Brasil"

"Angola Através dos Textos"

"Os Últimos Dias do Fascismo Português", de Maria Archer

"Quando os Lobos Julgam", (a defesa de Aquilino Ribeiro)

"A Resistência em Portugal"

crônicas de Dias Coelho, patriota assassinado pela Pide.

**PEDIDOS A NOSSA REDAÇÃO**

Cont  
panha  
dona  
Humb  
preside  
ção In  
Homen  
guo (c  
ões U  
um in  
a circ  
ficou c  
autores  
França  
mando  
do ass  
mens  
esser  
que se  
Genera  
dato di  
gões p  
áver,  
vicias  
de 1964  
assinad  
ão Int  
ocupe  
para it  
ões c  
que as  
to con  
vítimas  
la e t  
ganiza  
politic  
posição  
estreta  
método  
mais r  
se trat  
nias, d  
do saq  
de 196  
de 196  
INTEL  
FRAN  
Este  
75 ind  
vida fr  
possível  
das og  
Sastre,  
adente  
Direito  
kalevit  
Colette  
Federa  
do Hor  
diretor  
de Bea  
diretor  
de Par  
Associa  
tas De  
escrito  
Paris;  
do dau  
Elienbl  
Nordm  
sociatã  
tas; A  
for de  
Robert  
lonne;

# Repercussão Internacional do Assassinio do General Delgado

Continua em todo o mundo a campanha para um inquérito internacional sobre o assassinio do General Humberto Delgado. Em Paris, o presidente Paul Boncour, da Federação Internacional dos Direitos do Homem e antigo Presidente do Conselho de Ministros da França, dirigiu-se ao Secretário Geral das Nações Unidas, pedindo a abertura de um inquérito a fim de estabelecer as circunstâncias em que se verificou o crime e descobrir os seus autores. Pouco depois, circulava em França o seguinte documento, reclamando investigações sobre o hediondo assassinio: "Os intelectuais, homens políticos e sindicalistas franceses abaixo assinados reclamam que se faça luz sobre o assassinio do General Humberto Delgado, candidato da oposição portuguesa às eleições presidenciais de 1958, cujo carácter, apresentando marcas de servilidade, foi descoberto a 27 de abril de 1965, perto de Badajoz. Os abaixo assinados desejam que uma Comissão Internacional de Inquérito se ocupe deste crime político, dispondo para isso dos mais sólidos apoios e dos colaboradores mais úteis, e que as suas conclusões sejam levadas ao conhecimento do povo português, vítimas de um regime obscurantista e totalitário. Convidam as organizações internacionais, partidos políticos e sindicatos a tomarem posição sobre este caso, chamando a sua atenção para os métodos de terrorismo a que, cada vez mais, recorre o ditador Salazar, quer se trate da "pacificação" das colónias, da repressão da Oposição ou do saque, verificado a 21 de maio de 1965, da Sociedade Portuguesa de Escritores.

## INTELLECTUAIS E POLITICOS FRANCESES

Este documento vem assinado por 75 individualidades marcantes da vida francesa, entre as quais, na impossibilidade de transcrevermos todos os nomes, destacamos Jean Paul Sartre, escritor, Daniel Mayer, presidente da Federação Francesa dos Direitos do Homem; Vladimir Jan. Kisevitch, Professor da Sorbonne; Colette Khan, Secretário Geral da Federação Internacional dos Direitos do Homem; Jean-Marie Domenach, diretor da revista *Esprit*; Simone de Beauvoir, escritora; Jean Cassou, diretor do Museu de Arte Moderna de Paris; Solange Bouvier-Ajam, da Associação Internacional dos Juristas Democráticos; Claude Bourdet, escritor e Conselheiro Municipal de Paris; Yves Berger, Diretor Literário das edições Bernard Grasset; Etienne, Professor da Sorbonne; Joe Nordmann, secretário geral da Associação I. dos Juristas Democráticos; Alain Resnais, cineasta realizador de HIROSHIMA MEU AMOR; Robert Ricatte professor da Sorbonne; Henri Weber, professor da

Faculdade de Letras de Montpellier; Jean Frappier, Professor da Sorbonne; Tanguy Prigent, deputado e antigo Ministro; J.C. Packer, professor do College de France; Maurice Bouvier-Ajam, Diretor do Instituto de Direito Aplicado, etc. etc. PORTUGUESES EXILADOS EM FRANÇA

Por outro lado, os portugueses residentes em França dirigiram ao "Presidente da República" portuguesa um vigoroso documento no qual, nomeadamente, afirmam: "Este crime monstruoso é o trágico epíteto da fraude, da violência e do terror desencadeados pelo governo de Salazar durante as "eleições" de 1958 que o levaram à Presidência da República, contra a esmagadora maioria do povo português que apoiava o candidato de toda a Oposição, o indomito General Delgado. Herdeiro de uma burla eleitoral ficará cúmplice, perante os portugueses e todos os homens honestos do mundo, do vil assassinio do seu corajoso adversário político, se não utilizar o alto magistério do seu cargo para: a) conceder todas as facilidades a uma Comissão Internacional de Inquérito que averigue das circunstâncias do crime e sua preparação; b) exigir, desde já, do governo, do Presidente do Conselho e da PIDE a explicação inofensiva deste crime monstruoso ou a sua demissão".

Assim esta carta mais de uma centena de democratas portugueses, de todas as tendências políticas, entre os quais Antónia Lapa Cerqueira, médica, Alfredo Margarido, escritor, Anésio Fernandes Cardoso, empregado de escritório, António Marques dos Santos, estudante, Carlos da Veiga Pereira, jornalista, Eduardo Cruzeiro, pintor, Emílio Campos Lima, correspondente comercial, Esteves, operário, João Rodrigues, desenhador, José António Caetano, operário, José Maria Branco, estudante, António Lopes Cardoso, engenheiro agrônomo, Alfredo Noales, Rodrigues, jornalista, Alvaro de Aguiar, operário, António Caron Ferreira, estudante, António Duarte, operário, António Manuel, operário, A. Pereira, operário, Carlos Cal Brandão, estudante, Casanova Viagas, estudante, Emílio Aquiles Oliveira, estudante, Euler Mendes, estudante, Maria Antonia Fiadeiro, estudante, Tomás Ferreira Rato, representante comercial, Silas Cerqueira, assistente de pesquisas, Manuel Ribeiro da Silva, estudante, Miguel Ferreira, cineasta, Pedro Massano de Amorim, estudante, Pinto de Almeida, interno de Medicina, Ramos da Costa, economista, Rui Alberto da Silva Prouença, agente técnico, Orlando Sanches operário, Vi. tor Carvalho, estudante.

É justo sublinhar, que este conjunto de iniciativa de projeção se deve ao bom trabalho de uma ampla comissão unitária composta por vários democratas representativos da colónia em Paris dos quais destacamos Ramos da Costa, Lopes Cardoso, Veiga Pereira, Silas Cerqueira, Maria Amélia Padez e Tomás Ferreira Rato. Esta Comissão fez um rasgado trabalho entrevistando-se com dirigentes de todos os partidos anti-fascistas franceses e de todas as centrais sindicais e com as mais diversas personalidades do Fórum e da vida intelectual francesa. Como resultado desse trabalho existe já um grupo de personalidades francesas de todas as tendências anti-fascistas, pronto a levar para a frente a campanha para esclarecimento do assassinio do general Delgado.

## NO CONGRESSO DA PAZ EM HELSINQUE

O crime que vitimou o general Delgado repercutiu, também, na reunião do Congresso Mundial da Paz, realizada em Helsinque em julho. Assim, cerca de 170 intelectuais, políticos, sindicalistas participantes do Congresso dirigiram uma declaração à Comissão dos Direitos do Homem, das Nações Unidas, pedindo a abertura de um inquérito. Entre os signatários destacamos os grandes escritores Pablo Neruda e Mulk Raj Anand (Índia), o antigo ministro da Síria, Abdul-Karim, o deputado e antigo presidente da Comissão das Nações Unidas para a Coreia, Singh Anup, o vice-presidente da Associação Indiana para a Solidariedade Afro-Asiática Aruna Asafali, o deputado e presidente do Comité de Solidariedade Índia-América Latina, Arjum Aroa, o professor universitário uruguaio, Diaz Betancourt, o Prefeito de Reggio Emilia (Itália), Renzo Bonazzi, o deputado da República Democrática Alemã, Hermann Budziszlawski, a deputada e Secretária Geral da Federação Nacional das Mulheres da Índia, Sra. Remu Cha-

kravartty, o Padre Hervé Chaigne, o antigo deputado grego Jean Evangelidis, o Prefeito-Adjunto do Pireu (Grécia), Jean Fragoulis, a professora Universitária italiana Marcella Gorra, o Senador Raymond Guyot (França), o presidente do Partido da União Nacional do Líbano, Mouine Hamud, o Deão da Universidade de Varsóvia, Alfonsa Klafkowsk, o deputado e diretor do Instituto Polonês de Assuntos Exteriores Adam Kruczkowski, o diretor do jornal "Al Saoura" de Damasco (Síria), o presidente de Honra da União Nacional dos estudantes da França, Bernard Schneider.

## EM ESPANHA

Também em Espanha, apesar da cumplicidade do regime de Franco com Salazar, se verifica um movimento, por parte dos democratas e de todas as pessoas honestas, para que a honra do país vizinho não fique manchada por este crime ignóbil. O advogado Mariano Robles Romero Robledo, que encabeçou a petição dos 300 juristas espanhóis enviada às Nações Unidas, solicita, do que este assassinio seja incluído entre os crimes de lesa-humanidade, acaba de acusar publicamente o governo português de não colabora-

ção nas diligências para descobrir os assassinos. Com efeito, em declarações prestadas ao jornalista José Antonio Novais, correspondente em Madrid dos jornais O ESTADO DE S. PAULO e LE MONDE o jurista espanhol declarou: "O governo espanhol nomeou um tribunal especial, com jurisdição em todo o território nacional para esclarecer este horrível assassinio. A polícia espanhola coligiu elementos do maior interesse para a instrução do processo. O juiz espanhol solicitou a cooperação judicial das autoridades inglesas e alemãs, as quais o atenderam prontamente, fornecendo testemunhos preciosos (quanto ao apoio de um cidadão britânico e à venda de um carro de fabricação alemã). As autoridades portuguesas, entretanto, guardam o mais profundo silêncio, não respondendo às solicitações de informação, o que impede o prosseguimento do processo, pois são esclarecimentos que só eles podem dar". Mariano Robles enviou uma carta a um advogado português, na qual escreve: "É verdadeiramente lamentável que todo o mundo preste a sua colaboração, menos as autoridades portuguesas. Por que esse silêncio? Eu creio que o povo de Portugal deve exigir das suas

autoridades os necessários esclarecimentos para descobrir os assassinos de Delgado. Nós, juristas espanhóis, prometemos não descansar até ser solucionado esse crime repugnante e inqualificável cumprindo um dever, por mais difícil e espinhoso que seja o caminho".

O movimento espanhol para esclarecimento do crime é dirigido por uma Comissão da qual fazem parte, além de Mariano Robles, Josefina Arrillaga, o advogado Jaime Cortez, os professores Joaquim Ruiz Gimenez e Manuel Aguilar Navarro, da Faculdade de Direito de Madrid, Manuel Jimenez Fernandez, de Sevilla e Enrique Tierno Galvan, da Faculdade de Direito de Salamanca.

## Uma Saudação da F.S.M.

A propósito das manifestações verificadas em Portugal na jornada do 1.º de Maio, a Federação Sindical Mundial endereçou ao povo português uma saudação de que reproduzimos a seguinte passagem: "A Federação Sindical Mundial sauda calorosamente os trabalhadores, os estudantes e todos os democratas portugueses que lutam pelas suas reivindicações, pelos seus direitos sindicais e democráticos, contra a ditadura, por uma vida melhor. Ela chama-os a manter e a alargar a unidade na luta, que é a melhor garantia da vitória.

A F. S. M., em nome dos seus 120 milhões de filiados, assegura uma vez mais aos trabalhadores e ao povo português o seu mais firme apoio e a solidariedade actuante dos sindicatos e dos trabalhadores do mundo que estão e sempre estarão ao lado da sua nobre e justa luta".

# Presença de Portugal no Congresso Mundial da Paz

Em Helsinquia, realizou-se de 10 a 15 de julho p.p. mais um Congresso Mundial pela Paz, pela Independência Nacional e pelo Desarmamento.

Publicamos abaixo o texto da intervenção do Chefe da Delegação do povo português àquela importante conclave verificada durante uma das sessões da V Comissão:

"Queridos amigos, Trago-vos as saudações mais calorosas dos portugueses partidários da paz.

A delegação de Portugal exprime o seu acordo total com o relatório da sra. Olga Pobleta, desejando sublinhar toda a sua riqueza. Este relatório constitui, na opinião da delegação portuguesa, uma contribuição muito importante para as resoluções finais desta comissão que, esperamos, serão unanimemente aprovadas. Na minha intervenção, desejaria somente chamar a vossa atenção para o caso muito particular de Portugal.

Como todos sabeis, o governo fascista de Portugal, instalado há 39 anos no poder, trava, há já alguns anos, uma guerra colonial, terrível e criminosa, com os povos que lutam heroicamente pela sua independência. Não é necessário dizer que as forças democráticas portuguesas unânimes, e a imensa maioria da população, apoiam sem qualquer reserva os movimentos de libertação nacional e em nome da delegação portuguesa, quero proclamá-lo nesta tribuna, com toda a firmeza, e saudar muito fraternalmente esses movimentos.

Se o governo fascista de Salazar está ainda em condições de prosseguir esta guerra injusta, isso resulta em primeiro lugar do apoio que lhe é concedido pelo imperialismo internacional. Em particular, pelos imperialismos americano, oeste-alemão e inglês.

O governo fascista português renovou há pouco tempo a concessão, aos Estados Unidos, das bases militares dos Açores, em troca de uma importante contribuição económica e militar para o prosseguimento da guerra. Ultimamente, tem sido a vez do imperialismo oeste-alemão se intalar militar e economicamente no solo português. O país está a saque. A dominação destes imperialismos substituiu agora a dominação capitalista britânica tradicional desde o século XIV.

Portugal apresenta a particularidade de ser desde há séculos um país colonialista que é ao mesmo tempo um país colonizado. E ele não pode ser colonialista senão porque é colonizado.

Toda a economia portuguesa está neste momento orientada para a guerra. Num país economicamente pouco evoluído e com o nível de vida mais baixo de todos os países da Europa, isto é particularmente trágico.

A submissão económica de Portugal aos monopólios estrangeiros é a chave da política do governo reaccionário que actualmente detém o poder em Portugal. O resta-

blecimento da sua soberania política e da sua soberania económica implicam-se mutuamente, e está ao mesmo tempo estreitamente ligado à libertação das colónias, Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Timor e Macau.

A libertação de Portugal do jugo económico imperialista e do jugo político fascista tem pois uma grande importância internacional. Só ela tornará possível a participação de Portugal numa verdadeira cooperação económica internacional com todos os países, incluindo, bem entendido, os países socialistas, no quadro da coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais diferentes. Só a supressão da ingerência do capitalismo estrangeiro nos assuntos portugueses tornará possível a liberdade para o povo português determinar o seu próprio tipo de desenvolvimento económico e comercial.

Se na Conferência mundial sobre o comércio e o desenvolvimento, em 1964, em Genebra, o governo de Salazar se absteve no voto sobre "o respeito do princípio de igualdade soberana entre os Estados, a auto-determinação dos povos e a não-ingerência nos negócios internos", é claro que pela sua posição neste voto, o governo fascista português denunciou-se e excluiu-se a si próprio do quadro das nações civilizadas. Os interesses do povo português que aqui representam o oposto dos do governo que suportamos e dos seus comandatários estrangeiros.

O fascismo português — o fascismo mais antigo ainda existente no mundo — é um instrumento do imperialismo internacional. Por este motivo, a situação portuguesa interessa a todos os povos amantes de liberdade e de paz.

A delegação portuguesa neste Congresso Mundial para a Paz, a Independência nacional e o Desarmamento geral está firmemente convencida de que as forças unidas da Frente Patriótica de Libertação Nacional conseguirão proximamente, pela insurreição nacional armada — resultado natural das lutas passadas e presentes — conquistar a independência política e económica para o povo português e, desta maneira, a paz. Mas esta luta nacional está ligada ao apoio das forças de paz e de progresso no mundo.

A delegação portuguesa quer pedir-lhes, queridos amigos que, na resolução final desta Comissão, sejam sublinhadas as consequências nefastas e perigosas para a paz no mundo e a cooperação económica e política, resultantes deste domínio do imperialismo internacional (e, em primeiro lugar, dos imperialismos americano, oeste-alemão e inglês) em Portugal, e o perigo que representa para todos a política belicista do fascismo português. Libertar as bases militares e económicas do imperialismo no solo português é pois uma tarefa urgente de uma importância capital.

A delegação portuguesa agradece a vossa atenção."

## Rumo...

(Conclusão da pagina 3)

os associados em cooperativas, ou como herdades do Estado. A Reforma Agrária não poderá porém ser apenas a entrega da terra expropriada. Ela implica, além da garantia de trabalho e de melhores salários aos assalariados rurais a concessão de créditos aos pequenos agricultores, a diminuição dos impostos dos pequenos proprietários do Estado e às Câmaras, o auxílio em máquinas e técnicas, a abolição de formas feudais de exploração (foros, parcerias, etc.) a diminuição ou extinção das rendas, o perdão das dívidas dos camponeses pobres às instituições de crédito e aos usurários, a reorganização completa do comércio dos produtos agrícolas, o estabelecimento de preços compensadores.

Na realização da Reforma Agrária estão interessadas todas as classes e camadas laboriosas dos campos. E está interessada a nação portuguesa.

Num país, em que a maioria da população trabalhadora se emprega na agricultura, o atraso agrícola e o conseqüente baixo poder de compra da população rural restringe o mercado para os produtos industriais. A Reforma Agrária é condição indispensável para o desenvolvimento económico geral. Só a Reforma Agrária (conjugada com outras reformas profundas da estrutura económica e social) poderá permitir a transformação da atrasada agricultura portuguesa numa agricultura progressiva, base indispensável de uma vida desahogada para todos os portugueses e de uma economia nacional próspera e independente.

## PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL  
Otávio Martins de Moura

SUCURSAL  
RIO DE JANEIRO: Rua General Pedra, 215 — Tel.: 43.0202

REPRESENTANTES  
RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Rua Real da Torre, 819 - 1.º  
CURITIBA: A. Ferrer — Rua João Pessoa, 67.

LONDRINA: Julio Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141.

PORTO ALEGRE: Carlos Noronha Feio — R. Dr. Flores 26 — Rio Grande do Sul.

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 - Pelotas - R. Grande do Sul

INGLATERRA: Portuguese And Colonial Bulletin — 10 Pentiman Road, London, S.W. 8

HOLANDA: ANGOLA COMITE — Vinckenstraat 15 — Amsterdam - C. CANADÁ: Portuguese Canadian Democratic Association 10 — Eden Place Toronto 2B — Ontário

A. dos Santos 7564 d'Outremont Ave. Apt.1 Montreal 15, P.Q.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas.

URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo, n.º 2.128, Distrito 5 — Montevideo.

CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro — Postovní Urada — Praha.

FRANÇA: Grupo de Amigos de "Portugal Democrático" 29, rue St. André des Arts, Paris — 6.º eme.

REDAÇÃO  
Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Tel.: 37-0933 — São Paulo.

Caixa Postal 6248

EXPEDIENTE  
Dias úteis: das 19 às 22 horas  
sábados: das 15 às 19 horas.

Número avulso: Cr\$ 50  
Assinatura anual Cr\$ 1.500  
Ano X - N.º 98 - Setemb. - 65  
Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

# Mensagem ao Congresso da C. G. T. Francesa

Publicamos abaixo um resumo da Mensagem enviada pelo Movimento Sindical Anti-Fascista Português ao 35.º Congresso Nacional da CGT Francesa:

"Queridos camaradas,

É-nos impossível estar presentes no vosso XXXV Congresso pelas razões fáceis de compreender. Envia-mos-lhes os fraternais sentimentos da classe operária portuguesa, com votos de completo sucesso na luta da classe operária francesa contra a exploração capitalista e pela instauração duma verdadeira democracia. Nós seguimos com todo o interesse a vossa luta e com ela nos solidarizamos. Por outro lado os laços que unem os trabalhadores portugueses aos seus irmãos franceses (de que a C.G.T. é o principal sustentáculo), são hoje mais fortes do que nunca. Coincidiu, a ajuda fraternal que prestam aos trabalhadores portugueses em França, como sejam, entre outros, no aspecto social, com permanências, escolas e, sobretudo, a saída do mensário "O Trabalhador", constitui uma apreciável contribuição dos laços de internacionalismo proletário que nos unem.

Queremos dar-lhes, queridos camaradas, a largos traços, um panorama da luta que os trabalhadores portugueses têm mantido, através dos quase 40 anos de ditadura fascista, de terror policial;

Em Portugal, não há liberdade sindical. Os sindicatos livres foram destruídos com o regime de Salazar. Foi em 1933 que este ditador pôs em execução o "Estatuto de Trabalho Nacional". Era uma cópia da "Carta del Lavoro", de Mussolini. Nele se condenava a luta de classes. Proibia-se a greve. Encerraram-se os sindicatos até então livres. Seus bens, que eram dos trabalhadores, foram confiscados. E em seu lugar foram criados os sindicatos do governo, isto é os "Sindicatos Nacionais". É necessário dizer que os trabalhadores conseguiram manter de 1926 a 1933, cerca de 8 anos, a defesa dos seus sindicatos. E quando, em 1933, o salazarismo decretou a sua extinção, isso desencadeou uma greve geral, que, em certas localidades, como na Marinha Grande, tomou o carácter duma revolução operária. O governo salazarista sufocou a greve e muitos dirigentes operários foram assassinados nas prisões da polícia e no Campo de Concentração do Tarrafal, conhecido pelo "campo da morte lenta". Fazendo face ao terror fascista, os trabalhadores portugueses tentaram criar sindicatos clandestinos, com sua imprensa própria. Mas os resultados mostraram a necessidade de utilizar os "sindicatos nacionais" para neles se tentar defender, com a

cooperação do maior número possível de aderentes, os interesses dos trabalhadores, levá-los a lutar pela defesa desses seus interesses. Esta orientação deu seus resultados. Muitas direcções destes sindicatos foram parar às mãos de trabalhadores honestos e defensores dos interesses da sua classe.

Quanto aos operários agrícolas, os seus sindicatos foram substituídos por "Casas do Povo", onde estão agregados trabalhadores rurais com os pequenos, médios e grandes proprietários, sendo estes que exercem a principal influência neles.

Mas através de grandes concentrações de operários agrícolas, de greves e de outras manifestações, estes operários têm conquistado melhores salários; a jornada de 8 horas de trabalho foi conseguida em várias regiões agrícolas graças à sua persistente luta.

Os pescadores são agrupados nas "Casas de Pescadores", cujas direcções estão nas mãos dos patrões e das autoridades fascistas.

Mas os trabalhadores portugueses lutam constantemente contra este estado de coisas. E a greve aparece como a arma mais eficaz nestas lutas. No entanto, a greve está proibida por lei e quem a faz incorre num "crime" que é punido pelas autoridades salazaristas de 2 a 8 anos de prisão! Mas não obstante esta grave ameaça, os operários portugueses, incluindo agrícolas e marítimos, têm feito greve. Nestas alturas, a direcção da greve toma a forma dum comité ilegal, adentro da unidade. Todos os anos têm-se verificado greves em Portugal, com centenas de pequenas e grandes lutas, que movimentam milhares de trabalhadores. Entre estas, há a realçar a greve dos pescadores do Algarve, durante 15 dias; ela movimentou toda essa região e foi sustentada pela população dessa província. De 30 de Dezembro a 8 de Janeiro, deste ano, os valentes pescadores de Matosinhos, ao norte, travaram uma dura luta, de que saíram como os seus camaradas do sul, vencedores! A luta dos empregados bancários, dos trabalhadores da CUF, de Alcanena, do porto de Lisboa, da Carris de Lisboa (metro-bus) dos empregados de seguros, das tipografias, de jornalistas, etc., provam quanto a classe trabalhadora de Portugal é corajosa e luta pela defesa dos seus interesses, que são os do povo português.

Para mostrar-se o grau de exploração do governo salazarista, basta dizer-se que a distribuição do rendimento nacional é de 70% para o capital e apenas de 30% para aqueles que trabalham! O salário médio dos operários industriais da região de Lisboa (região onde os salários são dos mais elevados) não chegam a atingir 140 F por mês! E a média dos camponeses durante o ano, é de 50 F mensais!

No aspecto de previdência, é uma calamidade. Sobre acidentes no trabalho, constata-se cerca de 300.000 por ano; os mortais são considerados "segredo do Estado", mas somente idos a tribunais contam-se mais de 500 por ano. Calcula-se que, pelo menos, 40.000 a 50.000 trabalhadores emigram, por causa das condições de miséria que reinam em Portugal. Isto representa metade da taxa demográfica nacional. Milhares de jovens desertores arribam a França. Numerosos têm sido os crimes de morte, praticados pela PIDE contra os operários portugueses: Vieira Tomé, Germano Vidigal, Militão Bessa Ribeiro, José Moreira, Bento Gonçalves, Mario Castelhana, Antonio Branco, Alvaro Gonçalves, Catarina Eufémia, Alfredo Lima, José Adelino dos Santos, Alfredo Diniz, o médico Ferreira Soares, o escultor José Dias Coelho, os jovens Antonio Adanjo, Francisco Madeira, Estêvão Ciro, Cândido Martins, Agostinho Finesa e tantos outros.

Finalizando, agradecemos à CGT quanto tem feito e venha a fazer pela ajuda e reforço nos laços de amizade e compreensão entre as classes trabalhadoras francesa e portuguesa, desceitando-lhe um pleno sucesso na luta contra os monopolistas, exploradores dos operários."



Um "bairro de lata" em Lisboa, imagem do subdesenvolvimento e da exploração do homem que após 40 anos de fascismo se acentuam cada vez mais no paralisado salazarista.

## ULTIMA HORA

# OS HOSPITAIS DE LISBOA CHEIOS DE MILITARES FERIDOS

LISBOA (Do Correspondente) — A revolta contra a guerra colonial torna-se extensiva a camadas cada vez mais amplas da população portuguesa. Para esse estado de espírito contribui de modo decisivo a atitude dos soldados que regressam e, ao serem desmobilizados, levam a centenas de aldeias a verdade sobre a guerra monstruosa que o fascismo salazarista trava em Angola, na Guiné, e em Moçambique em defesa dos interesses dos monopólios estrangeiros e nacionais. Contam esses soldados que, ulti-

mamente, é frequente, principalmente em Angola, o aparecimento nas próprias unidades de militares estrangeiros — representantes dos grandes trusts internacionais — principalmente alemães e americanos, que discutem as operações com o comando, dirigindo-se em tom arrogante aos oficiais. Assim, a ideia de que a guerra colonial dirigida por estrangeiros feita para servir interesses estrangeiros e financiada por estrangeiros deixou de ser apenas perflhada por uma minoria de elementos lúcidos para se tornar o ponto de vista de grande par-

te das forças de ocupação portuguesas.

Por outro lado, o crescente número de feridos que chega aos hospitais de Portugal suscita a emoção popular, constituindo o mais convincente dos desmentidos oposto à tese fascista de que a pacificação é uma realidade nas colônias, exceptuados uns insignificantes focos de agitação. Segundo se afirma, só no Hospital Militar Principal da Estrela há mais de 5.000 feridos. Quanto ao tratamento dispensado aos inválidos de guerra a onda de queixas é geral. A comida é má, principalmente a dos soldados. Sabe-se que há entre os feridos uma elevada percentagem de doentes mentais.

Em relação à Guiné, a opinião entre os soldados internados é unânime: "A guerra está perdida — dizem alto e bom som — No dia em que os guerrilheiros quiserem." Afirmam também que o único caminho a seguir é abandonar essa colónia, "pois, além do mais, os senhores dos altos comandos vão para lá encher-se enquanto os milicianos morrem ou ficam inutilizados para o resto da vida".

Nem os próprios "heróis" são bem tratados no Hospital. Recentemente, um sargento com a cruz de guerra foi proibido de estudar de noite pelo próprio director do Hospital que, para justificar o seu acto, teve o seguinte comentário: "se ele estivesse na Guiné também não estudava!".

## PRISÕES

Os cabos do Serviço de Saúde Manuel Barros e Americo Narciso estiveram presos no Regimento de Cavalaria 7 sob a acusação de se haverem recusado a comer o "2.º prato", fomentando um levantamento de rancho.

## LUTAS POPULARES

LISBOA (Do Correspondente) — Em julho e agosto prosseguiram em todo o país as lutas populares, principalmente através de acções reivindicatorias dos operários e dos camponeses sem terra. Damos abaixo, um breve resumo de algumas dessas lutas: LOURES — Há muito que a NOVACAPA vem explorando os operários na sua fábrica de materiais de construção destinada à ponte sobre o Tejo. As horas extraordinárias são pagas como normais e a fêria só é liquidada no final de cada quinzena. Para cúmulo, a empresa cobra seis escudos pelo péssimo almoço fornecido na cantina. Contra esse estado de coisas vem-se rebelando o pessoal. Recentemente um jovem operário foi despedido sob a acusação de liderar a organização dos companheiros para acções reivindicatorias. Apesar disso, toma forma na empresa a luta pelo aumento de salários e pela exigência do pagamento das horas extraordinárias.

SANTA IRIA — Uma comissão formada por três operários da CAVAN representando as secções de mosaicos, colunas e serralharia exigiu aumento de salários. O encarregado, um tal alferes Laranjeira, argumentou que recentemente fora concedido um aumento mas os operários mantiveram-se firmes e deixaram claro que estão dispostos a recorrer a todos os meios caso não sejam atendidos.

OEIRAS — Quando da recente visita à Fundação de Obras do ministro da Defesa da Alemanha Ocidental, o dono da empresa pretendeu organizar uma grande recepção em honra do seu "famoso" convidado. As coisas não correram, contudo, como previra. Quando este surgiu a salva de palmas, quente e amigável, que fora ensaiada, não saiu. O proprietário responsabilizou os encarregados pelo malogro da festa, acusando-os de não saberem "dominar" o pessoal.

PORTO — O pessoal dos Serviços Municipais de Gás e Electricidade do Porto que trabalha na leitura domiciliária de contadores tem

tradicionalmente direito a um prémio a partir de 1200 leituras mensais. Entretanto, o pessoal congénere dos Serviços de Águas e Saneamento não vinha recebendo prémio algum. Tendo agora exigido tratamento igual, foi-lhe concedido prémio a partir das 1800 leituras. A decisão não acalmou o descontentamento, sendo certa a continuação da campanha para a equiparação com o pessoal do Gás e Electricidade.

EFACEC — Nesta empresa, que é um baluarte de luta, iniciou-se uma campanha em prol de um aumento de salários da ordem dos 7 escudos diários.

POVOA DE SANTA IRIA — Após uma luta tenaz, os operários da Ferra conquistaram um aumento de salários de seis escudos para os homens e três para as mulheres.

GUARDA FISCAL — Na própria Guarda Fiscal, apesar de ser uma corporação cujos quadros são cuidadosamente escolhidos o descontentamento nos escalões inferiores é muito grande devido à "política" do general Mário da Silva. Esse representante do fascismo ordenou que até ao fim do ano sejam substituídos todos os fardamentos. Significa isso que cada praça terá de gastar cerca de quatro mil escudos. A contribuição oficial limita-se a 75 escudos para o boné... Ati os sargentos, sempre muito ligados ao comando, tornam público a sua indignação contra as medidas do general Silva, cujas promessas de aumento nunca se concretizam. A fuga da Guarda Fiscal tornou-se uma rotina.

PSP — Na Polícia de Segurança Pública o clima não é diferente. Os ordenados das praças ainda são mais baixos do que na Guarda Fiscal, recebendo apenas 1.240 escudos sem emolumentos. Compreende-se assim que no último concurso para admissão na corporação não se apresentasse nenhum candidato às 500 vagas em aberto. Nada menos de 48 agentes pediram a demissão no passado mês de Maio, alegando que não podiam sustentar as famílias com o ordenado recebido.

## MILITARES MORTOS NA GUERRA COLONIAL

Publicamos abaixo os nomes de mais alguns militares mortos nas criminosas guerras coloniais desencadeadas pelo fascismo português:

Em Moçambique: Joaquim Fernando, segundo-sargento; Alexandre Silva Martins, segundo sargento fuzileiro especial; Manuel Henriques Monteiro, Manuel Fiuza Parente das Bouças, Manuel Luis Prazeres Lima, todos soldados.

Em ANGOLA: José António da Silva Brito, e Francisco Rosa Parrinho

Na GUINÉ: Antonio dos Santos Luna soldado; Manuel da Silva Carvalho, primeiro-cabo; Armando Almeida Tavares, capitão.

Em Moçambique: Manuel Belarmino da Silva Araujo tenente; José Araujo Sendão e José Miguel Tavares Santos, soldados.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO  
R. Com. Furtado, 191 — SP. Brasil  
Endereços de Assinantes

As C...  
portug...  
pões  
maio  
assemb...  
1 —  
em Poi...  
Estado  
govern...  
ista e  
após 38  
poder...  
a. Pr...  
e  
anuncia

sign...  
será  
nife...  
ca; l...  
luta...  
mo.

nos  
sab...  
iron...  
era  
sab...  
anc...  
mer...  
pul...  
uni...  
anc...  
de